

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS APLICADAS
AOS MORADORES DAS MARGENS DO ARROIO PAMPA
NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

PAULO RENATO THIELE

ORIENTADOR: PROF. DR. ROBERTO VERDUM

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS APLICADAS
AOS MORADORES DAS MARGENS DO ARROIO PAMPA
NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

PAULO RENATO THIELE

ORIENTADOR: PROF. DR. ROBERTO VERDUM

Banca Examinadora:

Dissertação de Mestrado
apresentada ao programa de
Pós-graduação em Geografia
como requisito para a
obtenção do Título de Mestre
em Geografia.

Porto Alegre, agosto de 2004

AGRADECIMENTOS

A UFRGS - Universidade pública e gratuita, pela oportunidade e suporte para a elaboração deste trabalho;

A Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, em especial as secretarias da Habitação e do Meio Ambiente pelo apoio logístico e de fundamentais informações, nas pessoas do Jackson e Renzo;

Ao Centro Universitário e a Escola de Aplicação Feevale, pelo apoio e estímulo a pesquisa;

Aos meus pais José Armando (in memoriam) e Olanda Teresinha pelos primeiros ensinamentos e, talvez, os mais importantes da minha vida: a fé e o amor;

A minha esposa Márcia, minha fortaleza e companheira na alegria e na tristeza. A nossa filha Sabrina, que nasceu e cresceu junto com este trabalho, por me ensinar a ver a vida com os olhos e com o coração;

Ao prof.dr. Roberto Verdum, pela paciência e extrema dedicação em todas as etapas do trabalho. Minha gratidão pela dedicação, respeito pelo profissional e amizade pelo tempo em que se construiu este trabalho;

E ao Criador por oportunizar todos estes momentos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE QUADROS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	12
1 AS CIDADES E OS PODERES: TRANSFORMAÇÕES, FRAGMENTAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO AMBIENTE URBANO	20
1.1 As Cidades e a Construção da "Cidadania"	20
1.2 O Estado e a Ecologia Social	33
1.3 A Geografia, a Cidade e o Ambiente	43
1.4 A Sociedade e o Ambiente: Uma Temática Transversal ..	50
1.4.1 A Percepção Ambiental e sua Subjetividade	55
2 A SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL E OS PROBLEMAS SÓCIO- AMBIENTAIS	59
2.1 A Formação da Sociedade Urbano-industrial Brasileira	59
2.2 A Formação Urbano-industrial do Vale do Rio dos Sinos	63
2.3 A Industrialização no Vale do Rio dos Sinos e a Problemática Sócio-ambiental	72

3	POLÍTICAS APLICADAS AOS MORADORES DAS MARGENS DO ARROIO PAMPA	77
3.1	Arroio Pampa: Localização e Caracterização	77
3.2	A Territorialização e Desterritorialização das Margens do Arroio Pampa	84
3.3	Caracterização da Ocupação das Margens do Pampa	96
3.4	Moradores da Vila que já foi Removida - Vila Caraveli	101
3.5	De uma Situação de Dificuldades para uma Dificuldade de Ação	109
	CONCLUSÃO	120
	OBRAS CONSULTADAS	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista parcial da cidade de Novo Hamburgo	64
Figura 2 - Municípios do Vale do Rio dos Sinos	65
Figura 3 - Localização de Novo Hamburgo	74
Figura 4 - Detalhamento do arroio Pampa no município de Novo Hamburgo	79
Figura 5 - Tipo de moradia que ainda ocupa parte das margens do arroio Pampa	80
Figura 6 - Um típico ateliê da indústria calçadista localizada nas margens do arroio Pampa	82
Figura 7 - Foto aérea da porção mais a jusante do arroio Pampa, no bairro Canudos	86
Figura 8 - Vista da vila para onde estão sendo transferidos parte dos moradores das margens do arroio Pampa	90
Figura 9 - Parte da avenida Alcântara, em uma das margens do arroio Pampa	93
Figura 10 - Construção da avenida Alcântara	103
Figura 11 - Vista parcial do bairro Canudos	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Origem dos Moradores da Vila Caraveli	104
Quadro 2 - Distribuição da população da Vila Caraveli	106
Quadro 3 - Distribuição da população quanto à ocupação	106
Quadro 4 - Distribuição da renda familiar e renda per capita da população da vila Caraveli	108

RESUMO

As cidades apresentam as múltiplas dimensões do homem que, por sua vez, enovelam-se numa multiplicidade de relações internas exigindo de quem busca a compreensão destas espacialidades, também uma multiplicidade de olhares que se entrecruzam na constituição de um espaço que, por sua vez, é entendido e analisado, na maioria das vezes, sob uma visão mais totalizadora. Ao se buscar uma visão mais totalizada dos espaços urbanos, mascara-se um conjunto de redes de ações constituídas por agentes locais responsáveis pelo processo de urbanização/fragmentação do espaço e que, também, estão por trás da apropriação da terra urbana, a fim de atender aos interesses pessoais, que acabam por gerir profundas desigualdades, tanto no campo social como no espacial. A constituição deste cenário foi sendo montada paralelamente ao intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil, alavancado pelo "milagre econômico brasileiro" que provocou um forte êxodo rural, de forma especial, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse processo, muitas cidades, que ofereciam alguma oportunidade de empregos, logo foram tomadas por pessoas que abandonavam o campo em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos. A rapidez com a qual se processou este fenômeno fez com que a maioria das cidades não estivesse preparadas para receber um grande fluxo de pessoas, tanto no que diz respeito à infra-estrutura urbana, quanto na oferta de oportunidades de empregos. A conjugação desses dois fatores levou a rupturas na organização dos espaços urbanos que, com o tempo, foram se reorganizando e se reproduzindo em múltiplas relações internas redesenhando uma nova espacialidade urbana. É na constituição dessa nova espacialidade urbana, que fez a cidade de Novo Hamburgo, distante 45km da capital Porto Alegre, reproduzir em seu território uma gama de novos espaços, construídos no bojo da sua industrialização, baseada no setor coureiro-calçadista e acompanhada fortemente pelo

êxodo rural; que fez constituir na paisagem urbana inúmeras sub-moradias em áreas que não despertavam grandes interesses imobiliários, como as de domínio público e as de risco. A partir da década de 1990, ocorreu uma estagnação da economia em escala nacional estancando, também, os fluxos migratórios, o que fez atingir assim, a grande Porto Alegre, onde a cidade de Novo Hamburgo está inserida. A partir dessa estagnação do êxodo rural e de uma relativa recuperação da economia coureiro-calçadista, a prefeitura municipal, através de suas secretarias, busca atualmente, uma recuperação e revitalização desses espaços urbanos embasados em uma retórica sócio-ambiental. Um dos pontos em que a prefeitura municipal de Novo Hamburgo vem atuando envolve as vilas formadas ao longo das margens do arroio Pampa. Este arroio atravessa dois dos bairros mais populosos do município e é onde as questões sociais através das sub-habitações e as questões ambientais através da degradação das águas do arroio estão presentes. As políticas públicas adotadas na revitalização e recuperação das margens e do arroio "agredidos" pela ocupação humana, na realidade, não recomporão o quadro natural. A Secretaria de Obras do município está construindo uma avenida que margeará todo o arroio. Assim, quando todas as famílias que ali se encontram forem removidas, a qualidade das águas do arroio Pampa continuará péssima; entretanto, a cidade de Novo Hamburgo não possui estação de tratamento de esgoto, e as indústrias localizadas próximas ao arroio também despejam seus desejos nele sem o tratamento adequado. Este estudo aponta que, no aspecto social, a prefeitura está apenas promovendo a remoção das famílias para loteamentos populares (a prefeitura somente disponibiliza o terreno); no entanto, estão muito distantes do ponto onde atualmente vivem e com pouca oferta de infra-estrutura urbana. Esta remoção, para um lugar muito distante, provoca uma grande ruptura na territorialidade desta população, além de encarecer o seu custo de vida com transportes para ter acesso às escolas, ao local de trabalho, a bancos, a postos de saúde, por exemplo. A desterritorialização e a necessidade de recompor uma nova territorialidade sob as condições impostas pelo poder público municipal não a coloca numa situação de inclusão social e, de certa forma, fere a sua cidadania construída nas margens do arroio Pampa, mas não necessariamente vinculada a ele.

Palavras-chave: espaço urbano; urbanização; socioambiental; políticas públicas; territorialidade; desterritorialidade.

ABSTRACT

The cities have shown multiple man's dimensions which are, in their turn, rolling themselves up in a multiplicity of internal relationships. These ones demand everyone who is looking for understanding these espatialities to have a multiplicity of looks that crosses themselves around establishing a space where there is a constitution understood and checked out most of the time through a global point of a view. Once trying to achieve a point of view more universally of urban spaces, one may mask a set of action nets made by local agents responsible for urbanization/fragmentation of spaces. Also, they have appropriated urban land in order to responding personal interests which promote as much inequalities over social area as spatial area. Such scenery has been built in paralel a massive process of urbanization in Brazil forwards by the "Brazilian miracle economy" that motivated rural exodus, mainly in 1960's and 1970's. Many cities with good job opportunities in these process soon were taken by the people who abandoned the countryside looking for better opportunities downtown. This sudden process phenomenon had many cities unaware to receive such huge stream of people concerning as much the urban infrastructure as offering job opportunities. These two facts together messed up the urban space organization wich within sometime established itself and set up in multiple internal relationships redesigned a new urban spatiality. Over this constitution of new urban spatiality was made the city of Novo Hamburgo, 45 kilometers far from Porto Alegre, the capital. It has built in its territory a certain amount of new space, inside its industrialization, essentially on dealer in leathers and footwear. Rural exodus was a strongly fact which got along with the city history drawing the urban scenery inumerous shanties where real states did not have great interest as such public dominiun or as seen like risky places. They started in

1990's, there was a weakened economy taken nationally. For this very reason migration stream stopped, too. The metropolitan area of Porto Alegre was realised that where Novo Hamburgo city is located. After this exodus stagnation and a slightly economy step for dealer in leathers and footwear, the hall office, through its secretaries, looks for recovering and revitalising these urban places told by social-environmental speaking. Nowadays, one matter in which the hall of Novo Hamburgo has been working takes place the villages built along the Pampa river. The river goes through the two most populous areas of the city where it is shown the social subjects through shanties as well as the environmental subjects by disgracing the water of this river. They have adopted public politics to revitalize and recover the territory, especially the shore and many destroyed areas of the river in which actually they are not good enough to make the natural ecosystem be what one day was. The maintaining secretary of the town hall is building an avenue along all the river. Besides, all the families currently living there will be removed. It is believed that the water quality will still be very much bad, for Novo Hamburgo does not have a sewerage system. The industries still throw away their rests without the necessary treatment. This study shows that a social aspect which the town hall is promoting the removing families to the called social lotings (the hall only gives the land), very far from where the families really come, with few urban infrastructure offers. So this removing to a local too much distant stir up a huge territorial rupture. Besides costing up expensively their lives such as commuting to school, work, banks, health center, for instance. The desterritorialization and the necessity to take place to a new land over new conditions ordered by the public power of this city do not have exactly condition of social inclusion. Anyway, the families are hurt to what they have as citizens living along the river Pampa. Not necessarily attached to it, tough.

Key words: urban space; urbanization; ambient partner; public politics; territoriality; desterritorialization.

INTRODUÇÃO

As questões ambientais e as questões sociais são duas matérias que ocupam os espaços de debates dos pesquisadores e, expostos pelos meios de comunicação de maneira cotidiana, atingem assim, a população em geral. Portanto, é inegável a relevância destes temas para as sociedades contemporâneas, uma vez que elas tendem a se materializar de forma mais expressiva em espaços ocupados pelo cotidiano de um número cada vez maior de pessoas. São nos espaços urbanos onde as questões sócio-ambientais tendem a se cristalizar de forma mais expressiva e, porque não dizer, de forma mais agressiva.

Gerenciar estes espaços com as suas complexidades e, ao mesmo tempo, buscar uma democratização das ações que visam atender as demandas das populações que ocupam diversos nichos urbanos é um encargo demasiadamente complicado para o gestor público. Sobretudo, porque além de administrar os problemas sociais, deve enfrentar e administrar as pressões políticas

que sofre das diversas corporações que surgem dentro dos nichos que, muitas vezes, se unem e se fortalecem para fazer valer os seus interesses que, nem sempre, privilegia os da coletividade urbana.

Diante desses fatos, pensar em projetar políticas públicas, numa sociedade com diferenças de interesses e classes tão marcantes, sem gerar conflitos ou ferir interesses contrários em prol do benefício de uma coletividade é uma tarefa nada fácil. Uma prática muito comum, nesse caso, é a pressão política exercida por corporações que, visando seus interesses, tentam impor e ditar políticas a serem aplicadas pelo poder público em determinados espaços urbanos a fim de lucrarem social e, principalmente, economicamente.

Cabe à população urbana em geral buscar a criação de sua própria representatividade, podendo ser através de organizações governamentais ou não, mas que busque atender e defender seus interesses contra grupos ou ações contrárias. É neste ponto, talvez, que se encontram as maiores dificuldades dos diversos grupos existentes nos espaços urbanos, em especial, os que estão espalhados pelas periferias das cidades; que, historicamente, são mais prejudicados como, por exemplo, do alijamento das verbas e ou melhorias dos seus espaços urbanos. As ações pontuais do poder público, em geral,

pouco atendem as dificuldades estruturais destas áreas. Todos estes elementos se somam ao fato de não fazer parte da cultura destas populações a organização de grupos representativos que lutem pelos seus interesses. Ao contrário disso, acabam, dessa forma fragilizando-os como grupo e tornando-os facilmente manipuláveis.

O poder público, em especial o municipal, na tentativa de justificar algumas ações e até arbitrariedades que atingem populações constituídas em espaços que lhes oferecem algum tipo de risco ou em áreas de preservação ambiental, costuma fazer uso de discursos de cunho ambiental, a fim de ganhar apoio e apelo popular a favor de suas ações. Também se conjuga a grupos que atuam e, ou, possuem força de representatividade junto a estas populações, para somar forças a favor da remoção destas comunidades para outros locais que, em geral, os desvinculam totalmente do seu espaço original local, exigindo assim, a construção de uma nova espacialização e territorialização desta comunidade. Isso acaba por gerar transtornos, custos e conflitos.

É neste mosaico de espaços, força, poderes e sociedade que se reproduzem nos centros urbanos de todo o Brasil, mas, com maior frequência, nas médias e grandes cidades, que se busca, através de um estudo de caso, exemplificar como todos estes

atores urbanos agem sobre uma população ribeirinha que está sendo removida das margens do arroio Pampa que atravessa a cidade de Novo Hamburgo por dois dos seus bairros mais populosos e populares. Enfocam-se, com destaque especial, as ações do poder público municipal no manejo destas situações.

A adoção de um olhar mais focado nas questões ambientais fez deslocar a atenção das questões sociais por boa parte da população. Em especial da classe média que vê, neste enfoque, a deterioração dos ambientes, através do esgotamento da qualidade das águas, poluição do ar e dos espaços de circulação, como uma ameaça à sua qualidade de vida. Nesse sentido, os debates e os estudos sobre as necessidades e a qualidade de vida das populações proletárias foram desfocadas ou ampliadas para as questões ambientais. Essas ações repercutem mais fortemente na classe média, por ser ela a mais atingida pelo avanço da população proletária sobre todos os espaços urbanos, gerando forte pressão sócio-ambiental.

Dessa maneira, o discurso ambiental serve para inibir ou excluir a pressão social sobre certos espaços urbanos. Os debates sobre as "revitalizações" dos espaços urbanos e a busca de uma "melhor qualidade de vida" da população são temas que, em muitos casos, trazem no seu bojo um reforço para a exclusão social. As ações empregadas para transferir

populações de determinadas áreas, bem distantes do atual lugar em que vivem, faz-se pelo uso desses discursos. Nessa assertiva, uma vez removida a população, constroem-se no lugar instrumentos urbanos - como avenidas, aterros, praças e condomínios - em vez da recomposição da paisagem que existia antes da ocupação pela população que foi removida.

É sobre este cenário de resistências, contradições e tensões de uma população que era ribeirinha ao arroio Pampa, no município de Novo Hamburgo, que focamos um olhar sobre as políticas e os jogos políticos que envolvem esta remoção, a ruptura da sua territorialidade construída com o passar dos anos e a difícil construção de uma nova identidade local, bem com de suas relações sociais.

Nessa perspectiva, a constituição do espaço urbano e a necessidade de acesso aos equipamentos e serviços urbanos distancia-nos da relação sujeito-objeto, conduzindo-nos a uma lógica na qual ocorre uma supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. Isto ocorre quando o pensamento, que conduz as práticas e as políticas do meio urbano, é orientado pela ótica capitalista a fim de atender, em especial aos interesses imobiliários, afastando-se do social e do humano.

Talvez, resida exatamente nessa lógica, que comanda as políticas de organizações dos espaços urbanos, tanto no social, como no ambiental e no humano, orquestrados através do jogo político, que se verifica uma ruptura entre o ser e o ter, o sujeito e o objeto e uma grande dificuldade analítica que os gestores públicos têm em compreender as cidades e o urbano enquanto um fenômeno humano.

Neste sentido, o estudo proposto tem como objetivos contrapor as estratégias de planejamentos adotadas pelos gestores públicos nos diversos espaços das cidades que, ao longo do processo de urbanização sofreram algum tipo de degradação ambiental. Principalmente naquelas onde também ocorreu uma ocupação irregular por moradias, no caso, as vilas que se constituíram as margens do arroio Pampa.

Busca-se, também, identificar como agem os principais elementos que atuam na construção dos diversos espaços urbanos, tanto na constituição e manutenção de vilas em áreas irregulares, bem como os que buscam a revitalização destes espaços.

Neste conjunto de aspectos, analisar e identificar a constituição e perda de uma territorialidade junto ao arroio Pampa e a aquisição de uma nova, nas áreas de reassentamento

dos moradores, em vilas regularizadas pela prefeitura municipal, identificando junto a estes os principais aspectos positivos e negativos deste processo.

Os passos metodológicos adotados no sentido de identificar e caracterizar as políticas ambientais aplicadas aos moradores das margens do arroio Pampa, iniciarão ao tratar-se da constituição das cidades como um espaço de construção da cidadania, mas que está em constante transformação e fragmentado num mosaico de diferentes espaços, onde se identifica a ação de vários atores urbanos que se organizam a fim de organizar estes espaços ou para a obtenção de vantagens sobre a população local ou em negociações com os poderes públicos.

Em seguida, tratar-se-á da formação da sociedade urbano-industrial e a problemática sócio-ambiental, contextualizado ao processo histórico de industrialização e urbanização do município de Novo Hamburgo e como as organizações sociais, civis e públicas, tem tratado com estas problemáticas, a partir de uma sociedade que é, essencialmente, geradora de exclusão social e, como a geografia tem interpretado estas relações e contribuído para apontar caminhos que levem a uma maior justiça social.

Por fim, a caracterização e a análise relativa a este contexto, no que se refere aos moradores das margens do arroio Pampa, em Novo Hamburgo que estão em processo de remoção das suas margens e conseqüentemente num processo de desterritorialização, o que leva a uma ruptura da identidade com o local em que viviam e bem como, com as suas relações sociais e de trabalho, sendo forçados a construir uma nova territorialidade em outro local. Esta prática, contudo, tem sido apregoada pelo poder público municipal como um grande ganho de qualidade de vida para estes moradores.

1 AS CIDADES E OS PODERES: TRANSFORMAÇÕES, FRAGMENTAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO AMBIENTE URBANO

1.1 As Cidades e a Construção da "Cidadania"

As cidades aparecem, normalmente, como sendo um lugar de exclusão, pobreza e violência. Estas idéias de cidade nem sempre estiveram ligadas à sua concepção de espaço e de organização social. Tal fator é uma invenção da história recente e está, certamente, vinculado à produção de espaços excludentes, cuja raiz é a formação de uma sociedade de classes e das relações do tipo capitalista, em que os setores dominantes sempre encontram as brechas e os meios para impedir a consolidação da cidadania e os espaços públicos necessários à afirmação de uma sociedade plural e democrática (OLIVEIRA, 2001).

Compreender estas desigualdades, buscar sua origem e fazer uma interpretação do mosaico das diversas paisagens, que compõem o urbano atualmente, têm levado muitos geógrafos a buscar algumas explicações. O pensar a cidade e o urbano no Brasil de hoje significa enfrentar desafios que se colocam, tanto no campo metodológico, quanto no campo da ação prática, com um foco especial na ação e na formulação de políticas que, em muitos casos, tendem a reproduzir modelos de exclusão social.

Trindade Jr. (2001) afirma que o olhar geográfico sobre a urbanização/fragmentação contemporânea nos permite atentar para o verdadeiro mosaico de espacialidades e territorialidades que recobrem as realidades urbanas. É nessa tessitura social e espacial do urbano que reside grande parte dos estudos da Geografia. Somam-se a estas questões os fatores ambientais que são indissociáveis à ocupação do espaço urbano, quando este se dá de forma aleatória, sem um prévio estudo e ordenamento por parte do poder público, que é o responsável pela organização dos espaços urbanos.

Devemos entender que a cidade é o lugar das múltiplas dimensões do homem e que, portanto, comporta uma multiplicidade de olhares que se entrecruzam, buscando clarear as suas relações internas. Contudo, deve-se buscar uma visão

de totalidade que, para Lefebvre *apud* Oliveira (2001) está articulada a partir do poder exercido pelo Estado. Nessa perspectiva, é no âmbito do Estado que se situam, são geradas e geridas as estratégias sociais, ideológicas políticas e onde diferentes sujeitos sociais atuam no sentido de legitimar interesses.

O Estado, muitas vezes, é visto como um agente político de atuação mais macro e externa as relações dos agentes urbanos que, em muitos casos, atuam de forma pontual. No entanto, o Estado serve de legitimador destas ações e, por vezes, atende a interesses específicos. Nesse sentido, é fundamental, ao se tentar fazer algumas interpretações, que se leve em conta o papel dos agentes locais e seus agentes históricos, os interesses de classes e suas redes de relações favoráveis e contrárias, e sua complexidade com os outros agentes de atuação mais macro a estas relações.

Quanto a essas complexidades de relações, Trindade Jr. (2001) denomina-as de "redes de ação", especificando que estas são entendidas como articulações locais de agentes responsáveis pelo processo de urbanização/fragmentação do espaço que estão por trás da apropriação da terra urbana, mas que se movem e se constituem em face de processos mais gerais que repercutem na complexidade da fragmentação intra-urbana.

Nessa mesma análise pela qual se busca o entendimento do espaço urbano, suas relações e suas contradições de seus agentes, Sposito (1996) destaca as ações intra e interurbanos. Ainda que a dialética da relação forma e função, processo e estrutura (espacial da sociedade) permita-nos fazer uma leitura da sociedade através do espaço na perspectiva da totalidade social, há a necessidade de considerar, também dialeticamente, a dinâmica da ação face à estrutura para o entendimento das espacialidades dos diversos agentes que produzem o urbano.

O sentido de estrutura e de ação, aqui colocados, referem-se à idéia apresentada por Giddens *apud* Trindade Jr.(2001), na qual a estrutura é definida como sendo as propriedades da estruturação das relações sociais que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço. A ação é definida, pelo mesmo autor, como uma combinação de atos, mas com a capacidade de exibir uma gama de poderes causais, incluindo o de diferenciar os manifestados por outros: "a ação depende de coisas ou cursos de eventos preexistentes".

A partir do que foi posto até aqui, assegura-nos afirmar que a compreensão da fragmentação intra-urbana dá-se a partir de duas perspectivas de análise. A primeira delas pressupõem a

compreensão do urbano em sua relação com a região, o que implica considerá-lo como resultado e condição de uma divisão interurbana e inter-regional do trabalho. A segunda pressupõe a análise da cidade em sua organização interna, como expressão e meio de existência da divisão intra-urbana do trabalho.

Um dos agentes intra-urbanos de maior destaque entre os atores que compõem o quadro sócio-ambiental da área em estudo é o poder político, principalmente o municipal e o estadual, nesse sentido, nele são estabelecidas as políticas públicas que têm marcado as espacialidades das áreas urbanas, com suas contradições e desigualdades.

É importante destacar que a ação política, em áreas urbanas ou em qualquer outra esfera de atuação ou ação, não é exercida somente por agentes legitimados pelo Estado. Há uma gama de atores locais ou de maior abrangência que atuam em parceria com os poderes públicos, a fim de obterem vantagens pessoais, fazendo parte de uma rede de ações que agem sobre o espaço urbano interferindo diretamente na sua estruturação sócio-espacial.

A idéia de se tratar o espaço urbano como uma totalidade pode esconder a grande diversidade espacial do território. Essa diversidade materializa-se através de ações articuladas

que envolvem a ocupação e o parcelamento do espaço urbano, atendendo a uma gama de interesses que acaba por gerir profundas desigualdades, tanto no campo social como no espacial. Portanto, não devem ser entendidas somente como fruto de um processo histórico, que por fatalidade desencadeia este quadro social muito comum nas cidades brasileiras.

Sobre estas articulações, Trindade Jr. (2001) estabelece que as estratégias em torno das apropriações diferenciadas do espaço urbano pressupõem considerar as alterações intra-urbanas que definem processos bastante comuns, como o da segregação e o da exclusão social. Isto porque, na correlação de forças estabelecida entre os agentes, o que está em jogo parece ser o controle das vantagens locacionais socialmente produzidas.

Nessa assertiva, conforme o mesmo autor, o que parece estar no centro dessa discussão - o processo de (re)estruturação do espaço urbano - é principalmente a questão da expropriação. (Re)estruturar significa estruturar de novo, levando-nos a considerar a instabilidade e as alterações das formas e dos conteúdos sócio-espaciais. Essa dinâmica não deve ser vista sem contradições, sem tensões e descompassos, pois são esses elementos que imprimem suas múltiplas temporalidades. É um processo, portanto, que sugere a

compreensão da relação todo-parte como uma unidade dialética, que concebe a existência de uma totalidade aberta e em movimento, na qual as partes não são meras composições do todo, mas sim totalidades parciais (LEFEBVRE *apud* TRINDADE JR., 2001).

Portanto, toda a análise que se quiser fazer sobre a organização do espaço urbano, seja ela uma simples leitura do seu quadro sócio-espacial ou a busca de soluções e encaminhamentos que visam dirimir as desigualdades do espaço urbano, não se deve buscar alguma resposta nas ações pontuais de determinados agentes urbanos. É preciso, contudo, uma análise mais complexa em que os papéis se diferenciam em grau, volume e intensidade e, ao mesmo tempo, é necessária uma relação de complementariedade. Entretanto, não se deve descartar ou desconsiderar a existência de conflitos que envolvam ações pessoais, como os conflitos de classes, que muitas vezes se expressam na relação capital e trabalho.

Nesse sentido, Santos *apud* Oliveira (2001) considera a existência de uma "economia política da urbanização" que leva em conta uma divisão social do trabalho. Dessa forma, juntamente com a divisão territorial do trabalho, define a repartição territorial dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens. A "economia política da cidade" permite-

nos entender a maneira como a cidade se organiza internamente face à produção e como os diversos atores da vida urbana se localizam a cada momento na história da cidade. O produto dessas relações, espacialmente configuradas, define a forma urbana em um determinado momento histórico. Com isso é possível pensarmos no importante papel dos diferentes agentes com atuação local e na potencialidade dos lugares enquanto espaços de realização dos eventos.

Esse conjunto de relações tem dado uma configuração à espacialidade urbana, marcando a sua produção e reprodução, através de modelos de segregação muito conhecidos. Em especial, deve-se considerar os espaços das moradias em situações precárias, que vão além dos reflexos de políticas sócio-econômicas, servindo também aos interesses e como instrumentos para agentes organizados em torno delas. Esses agentes tentam se beneficiar da situação desta parcela da população, como por exemplo, e principalmente, com fins eleitorais.

Em face de esse conjunto de situações que envolvem a espacialidade urbana com os seus aspectos sociais, Oliveira (2001) atesta que a crise na cidade brasileira decorre em parte das distorções dos mecanismos utilizados para a criação da infra-estrutura urbana necessária à expansão da atividade

econômica na cidade. A análise das políticas públicas em geral e das políticas públicas urbanas no particular demonstra que as mesmas estavam voltadas para garantir a expansão do processo de "industrialização tardia" que incorporou apenas pequena parcela dos trabalhadores urbanos, resultando no surgimento de problemas urbanos complexos. Enquanto eram carreados recursos para garantir a expansão capitalista, não eram, pelo menos na mesma proporção, feitos investimentos voltados ao atendimento das demandas sociais. Com isso, o crescimento das cidades constituiu-se num mecanismo de concentração de renda, determinando o crescente empobrecimento das pessoas da/na cidade.

A partir disso, é importante compreender com clareza os elementos históricos que conduziram as cidades brasileiras a se tornarem palcos de conflitos oriundos das desigualdades sócio-espaciais, com o intuito de buscar um entendimento das complexas dimensões do urbano, evitando dar a conotação do espaço urbano como o lugar somente da pobreza, da violência e da exclusão social. Contudo, é preciso entender que o espaço das cidades é, também, o espaço da cidadania. Segundo Caldeira *apud* Oliveira (2001), deve-se apontar a possibilidade de se repensar os parâmetros de cidadania, tendo como critério o local de residência e não o da nacionalidade.

Ao fazer uma análise crítica do desenvolvimento, nos aspectos sociais e territoriais das cidades brasileiras ao longo do período compreendido entre os anos de 1930 a 1980, Oliveira (2001) aponta que neste meio século ocorreram transformações importantes na sociedade brasileira com reflexos na configuração urbana. Na política, aconteceram duas ditaduras com duração correspondente a mais da metade do período considerado. Na economia, consolida-se a intervenção do Estado no planejamento com experiências parciais que vêm, desde os anos vinte, dando suporte e executando grandes investimentos em infra-estrutura, com isso criando as condições para a predominância da atividade industrial sobre a agrícola. Na dinâmica demográfica, ocorreu o aumento do número e do tamanho das cidades, o que determinou um novo perfil da população com o predomínio da urbana sobre a rural.

A espacialidade, decorrente do aumento da concentração da população nas cidades e do processo de industrialização, desenvolveu-se, segundo Oliveira (2001), pelo encadeamento de continuidades e rupturas, tendo como marco a Revolução de 30. Nos anos que se seguiram, alteraram-se as funções e a própria estrutura do estado brasileiro devido à derrota, ainda que parcial, das oligarquias dominantes, até então, e que foram perdendo o poder pelo concurso dos novos segmentos de classes sociais tendencialmente urbanas. Assim, a partir dos anos 30,

estabeleceram-se as condições para o desenvolvimento do processo articulado por meio de instituições políticas e econômicas cujo resultado é o advento de novos valores sociais e culturais que, mais tarde, caracterizar-se-iam como o do tipo predominante.

Esses processos geraram um crescente aumento da população nas cidades, bem como a concentração urbana. As conseqüências disso foram as mudanças econômicas, sociais e políticas à medida que se expandiam o setor terciário urbano, a industrialização, e aumentavam quantitativa e qualitativamente a classe média, o proletariado e a burguesia industrial. Em decorrência, surgiram outros e novos interesses econômicos, sociais e políticos, à proporção que se intensificava a divisão social do trabalho. Com isso, a sociedade urbana tornou-se mais complexa e diversificada e passou a exigir do poder público uma atuação mais intensa e este se defrontou com problemas e dilemas novos, muitos deles de difícil solução.

Entre tantos fatores, muitos deles conjugados, que promoveram e continuam promovendo a constituição do atual quadro sócio-espacial urbano, sem dúvida é a industrialização, que foi e continua sendo seletiva quanto a sua localização. Ela tem promovido, com isso, a concentração da população nestas áreas num intenso processo de urbanização, movido,

também, por um intenso fluxo migratório para estas áreas industriais. Verifica-se aqui a importância de dois fatores. De um lado a industrialização das cidades que se tornaram com isso pólos de atração populacional; e de outro, um conjunto de transformações e modernizações ocorridas no campo, transformando-os em áreas de expulsão.

Portanto, apesar da industrialização constituir-se em fator importante, não pode ser considerada como determinante da urbanização brasileira. É preciso reconhecer outros fatores externos à cidade, mas complementares, como as modificações ocorridas no campo.

Verifica-se que, em algumas áreas de campo no Brasil, expandiu-se a modernização e o latifúndio, e, em outras, ocorreu a estagnação. Nas primeiras, foram gerados desempregos e luta pela terra; nas segundas, a luta pela sobrevivência, ambas resultando no êxodo rural, reforçando o processo de urbanização, verificado, principalmente após a década de 40, do século XX. É importante ressaltar que a indústria, considerada como importante fator desse processo, não foi capaz de gerar os postos de trabalho inerentes ao grande contingente populacional que fluiu para as cidades.

Considerando as políticas urbanas, implementadas no Brasil no período pós-64, Oliveira (2001) destaca que, no âmbito da infra-estrutura urbana, deu-se ênfase à construção de grandes obras, especialmente no setor energético e de telecomunicações baseadas em investimentos públicos diretos por meio de empresas estatais. Além dos objetivos de dotar as cidades de infra-estrutura em dois setores básicos, havia, também, o objetivo de expansão do mercado interno com o aumento da oferta de empregos, em especial, não qualificados na construção civil decorrentes de grandes obras, como nas hidroelétricas.

Enquanto isso, quanto à infra-estrutura urbana, pouco se investiu em saneamento básico. E menos ainda em saúde e educação, já que tais investimentos não estavam articulados diretamente ao sistema produtivo.

Por fim, destaca-se o que parece ser um consenso entre os estudiosos das cidades no Brasil, não apenas os geógrafos, dos conservadores aos mais críticos; todos parecem concordar que a constituição das cidades no Brasil tem sido um processo parcial que explicita as mazelas que, de certa maneira, são o espelho da própria formação incompleta do povo brasileiro, ou seja, reflete os processos interrompidos e incompletos de

cidadania e de democracia característicos da formação da sociedade brasileira.

1.2 O Estado e a Ecologia Social

Ao longo da história, as cidades têm assumido diferentes papéis, sempre atrelados às suas necessidades de momento, moldando-se, adaptando-se e evoluindo de acordo com as suas demandas e necessidades. Com isso, delimitam-se territórios e configuram-se seus usos. O nascimento das cidades pode ser explicado, de maneira mais genérica, como sendo a passagem do homem de uma vida nômade e dispersa, a uma vida sedentária e agregada. Este novo espaço, constituído pela agregação social do homem nômade, reveste-se numa complexidade de relações que são, tanto intrínseca como diversa e conflituosa, a todas as comunidades humanas constituídas ao longo da sua história.

Para que um espaço tão diverso e conflituoso tenha apresentado uma perenidade ao longo da história, Oliveira (2001) justifica que isso se pode explicar por alguns atributos conferidos às cidades ao longo do tempo e que são mantidos, independente de qualquer característica marcante que elas possam ter apresentado em sua trajetória. Entre os vários atributos, destacam-se três que Oliveira (2001) julga ser os mais elementares. O primeiro é o de agrupamento, ou seja, a

idéia de se viver em conjunto alicerçando os laços sociais. O segundo é o da proteção, buscando um lugar onde os indivíduos possam se sentir seguros e de se protegerem dos riscos oferecidos pela natureza e da violência de outros homens. O terceiro atributo é o da interdição, ou seja, o da lei e da ordem. A segurança interna assim como a vida comunitária exige um mínimo de interdição como garantia de sua manutenção. Portanto, a cidade e sua perenidade na história estão diretamente relacionadas à fundação da lei, pois, se por um lado, fundam a civilização e proporcionam segurança e proteção ao homem; por outro lado, facilitam o controle e estabelecem os limites da sua própria ação.

Atualmente, as cidades são vistas, por muitos, como o espaço da cidadania, direito e sentimento que se expressa e se materializa através do uso do espaço da cidade e de seu envolvimento social. Portanto, ele pode ser tanto material como simbólico. A relação de cidade e cidadania pode ser entendida como o ordenamento e a lógica política da população. É nesta lógica que são contemplados os sentidos e os sentimentos de comunidade, segurança e de interdição.

Todas essas relações têm lugar no espaço. Dessa forma, as relações políticas avançam, também, para uma relação territorial. Esta relação consolida-se através de leis que

regulam o uso dos espaços e normatizam as relações, estabelecendo interdição em troca da garantia de proteção por parte do Estado. Nesse aspecto, o cidadão é entendido como um indivíduo regrado por normas estabelecidas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, regimentado por um contrato social que estabelece os seus direitos e deveres ajuizados e regulados pelo Estado.

Contudo, o que vemos é o Estado desempenhar historicamente uma acumulação de papéis e de recursos econômicos e um poder para intervenção no social, aceito tacitamente pela coletividade da população. Esta remete a uma grande responsabilidade os gestores públicos que, por sua vez, só têm dado resposta à parcela da sociedade que se encontra mais organizada, seja ela em torno da força do capital, da pressão política ou da pressão mais contundente. É bem verdade que, ao longo do tempo, também o Estado vem se moldando e se adequando às demandas e necessidades, suas e da sociedade ao seu tempo. E é nesse processo que o Estado tem desenvolvido múltiplos papéis como gestor da coisa pública. Cabe a ele, também, ser o condutor do processo político social que termina por interferir no dia-a-dia das pessoas e no seu futuro.

Nesse aspecto, o espaço geográfico das cidades é reconhecido como um produto da ação da sociedade, que

transforma o seu espaço em função de determinados interesses, e que o Estado é o meio utilizado pelas sociedades para se chegar a estes fins. Dependendo do seu momento histórico, as estruturas sociais vão se transformando, criando novos espaços de acordo com os interesses dos grupos que dominam o poder ou das classes que ascendem ao longo do processo.

Portanto, se faz necessário analisar a maneira pela qual as pessoas estão administrando e interferindo em seus espaços. Para que se busque subsídios ao entendimento destas ações, deve-se conhecer o modelo de sociedade que rege estas pessoas, desvendar o seu modo de produção, suas relações econômicas e sociais e os interesses do Estado.

Desvendar estas relações é importante em todos os aspectos, independente do olhar que se lance sobre qualquer organização social, como, por exemplo, as ONGs de cunho ambientalista, que são as que mais têm pressionado os órgãos públicos em defesa do ambiente. Tavares (1988) aborda que, do ponto de vista dos poderes constituídos, a defesa ambiental tem sido ineficiente, pois o comprometimento dos governos municipais, estaduais e federal com os grupos econômicos responsáveis por grandes projetos econômicos agrícolas e industriais tem sido decisivo.

Tavares (1988) reconhece ser um quadro de difícil reversão, pois como é que as autoridades que criaram toda uma infra-estrutura favorável ao desenvolvimento industrial, sem nunca demonstrarem qualquer preocupação com os danos que as indústrias pudessem causar ao ambiente, iriam agora cobrar delas a agressão que têm realizado contra o ambiente? Esta mesma indústria que transforma a natureza em recurso natural, transforma as pessoas em recursos humanos. Dessa maneira, os meios de produção estabelecem parâmetros e padrões para a produção e remuneração do trabalho, a divisão social do trabalho, estabelecendo as classes sociais onde encontramos os excluídos.

Nota-se que os mesmos agentes que são hegemônicos nas sociedades modernas, por deterem o poder do capital, controlam o poder político, degradam, tanto o ambiental, quanto a qualidade de vida social em nome de uma lógica capitalista voltada para o consumo e do próprio capital. Para eles pouco importa o ambiental e o humano, que são vistos por estes agentes apenas como um produto a serem explorados.

Castillo (2001) aponta que, numa sociedade de classes, o espaço geográfico tende a ser construído de acordo com os projetos dos agentes hegemônicos da economia e da política, comprometendo, assim, as possibilidades do exercício da

cidadania para a maior parcela da sociedade. O espaço geográfico torna-se, então, uma instância de reprodução da desigualdade.

A constituição das sociedades em classes sociais é reproduzida na territorialidade urbana através da sua fragmentação em espaços da classe de trabalhadores de baixa renda, os espaços de trabalhadores de média renda e os espaços de alta renda. Os problemas ambientais atingem muito mais os espaços de ocupação dos menos favorecidos, por estes estarem associadas a ambientes mais propícios a catástrofes naturais, como enchentes, inundações, desmoronamentos, erosão, etc. Ou, ainda, pela proximidade de indústrias que geram algum tipo de poluição.

Portanto, falar em cidadania e democratização do espaço urbano, nessas condições, inferem na difícil defesa de argumentos. Cabe ao gestor público, orientado pelas decisões estabelecidas pelo Plano Diretor e pelas estratégias definidas nas políticas públicas, estabelecer as áreas que se destinam à moradia e as que se destinam a outras atividades, bem como, aquelas que não servem à ocupação de moradias por oferecerem algum tipo de risco a seus ocupantes. Procedendo dessa maneira, se estabelecem quais os espaços preferencialmente de uso e ocupação humana que, portanto, apresentam um valor

imobiliário mais elevado; e aqueles que são menos favoráveis a ocupação humana que, por conseguinte, apresentam um baixo valor imobiliário. Existem, ainda, os espaços que não apresentam nenhum interesse imobiliário, sendo estes, geralmente, ocupados pela parcela mais carente da população.

Analisando-se, somente por este viés, identifica-se a constituição de uma lógica de ocupação dos espaços urbanos altamente excludente. Esse modelo não democratiza a ocupação dos espaços urbanos, cabendo ao gestor público estabelecer políticas que visam minimizar as diferenças, de todas as ordens, entre os diversos espaços geográficos que vão sendo constituídos e construídos nas cidades.

O papel do poder público, na elaboração e na aplicação de políticas sociais e ambientais em áreas urbanas que apresentam déficit de infra-estrutura e de condições ambientais favoráveis, torna-se muito mais relevante quando se adiciona a estas populações algum tipo de preconceito que a sociedade agrega aos excluídos. O senso comum tem, nesse sentido, construídos alguns pressupostos. Como por exemplo, as pessoas que se concentram em áreas que apresentam alguma fragilidade ambiental (margens de rios e arroios) aceleram, inexoravelmente, os processos de degradação ambiental. Seguindo esta lógica, a degradação ambiental cresce na

proporção em que a concentração populacional aumenta. Assim, as vítimas dos impactos ambientais negativos são responsabilizadas e transformadas em culpadas.

Há os que acreditam que as populações que habitam as áreas de maior susceptibilidade ambiental são os maiores responsáveis pela degradação desses ambientes. Agindo dessa forma, esse mesmo raciocínio deverá ser empregado em todos os espaços urbanos, estabelecendo uma relação rígida de causa e efeito. Ao analisarmos os espaços urbanos, verificamos uma dinâmica muito grande, além dos problemas ambientais não atingirem a todos os espaços de maneira homogênea. Nesse sentido, as degradações ambientais promovidas pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas do ambiente e da sociedade estruturada em classes sociais. Pode-se entender o ambiente como sendo, de um lado, reflexo do social e, de outro, como condicionante social, isto é, reflete os processos e as características da sociedade que o criou e que ali vive.

Novamente se reconhece a importância do poder público como gestor da construção coletiva da sociedade, no qual todos reconhecem a sua legitimidade e esperam que viabilize, às camadas mais excluídas da população, o exercício do direito da cidadania através de políticas compensatórias.

Cassetti (1991) afirma que se torna necessário deixar de atribuir simplesmente ao homem a responsabilidade pelos problemas ambientais produzidos, pois assim sendo, estará se promovendo o mascaramento da exclusividade daqueles que detêm os meios de produção e, no nosso caso, o poder institucional, o qual determina a forma de apropriações da transformação da natureza. Aqueles que integram relações de produção são os que definem as relações do homem com a natureza, seja pela apropriação do espaço, seja pelo alijamento do processo urbano industrial, que é a essência do espaço urbano, onde os problemas se materializam. Sendo assim, a melhoria da qualidade ambiental das áreas urbanas exige uma série de medidas de ordem política, financeira, democrática, tecnológica e empenho da sociedade como um todo.

Apropriar-se, conscientemente, das relações que envolvem as ecologias sociais nos torna mais comprometidos a ponto de qualificarmos a nossa relação, enquanto sujeito, com as representações do olhar que temos sobre o mundo que nos cerca. Remetendo-nos a uma relação mais harmônica com a natureza e com a sociedade. Guattari (1994) indica os elementos subjetivos dessas relações, apontando que atualmente não é mais suficiente definir a cidade em termos de espacialidade. O autor considera que é necessário desenvolver novas relações sociais de solidariedade e de ajuda mútua, de novas atividades

de salvaguarda do ambiente, através de uma nova concepção cultural.

São esses sentimentos de responsabilidade civil que vêm num crescente, principalmente a partir da década de 80 do século XX, têm organizado a sociedade através de organismos de defesas ambientais e de minorias sociais, desempenhando um papel importante ao alertar a sociedade como um todo para as agressões ambientais que o avanço do capitalismo vem promovendo nos últimos tempos. Aconteceram protestos, passeatas e ações diretas contra empresas e projetos que promovam a degradação ambiental, muitos deles conquistando a simpatia e simpatizantes entre a população.

O instrumento legal destas ONGs, que tem organizado a sociedade civil em favor das questões ambientais, das minorias e dos excluídos, tem sido o Estado, que é reconhecido por todos os setores da sociedade como o agente regulador das ações que envolvem o ambiente e a sociedade. O Estado está bem servido de instrumentos legais que lhe asseguram a adoção de medidas restritivas à ação de organismos poluidores e degradantes, bem como estabelecer condições de funcionamento de indústrias que geram poluição de qualquer ordem. Entretanto, sabe-se que a eficácia da ação do Estado contra estes agentes será proporcional à vigilância e controle da

sociedade e da pressão popular, pois o Estado é um agente político que está a serviço de vários setores da sociedade. Portanto, quanto mais organizados estes setores se encontram, mais o Estado caminha em direção aos interesses dessas organizações e do interesse mais amplo possível.

1.3 A Geografia, a Cidade e o Ambiente

A degradação ambiental, no Brasil, não é um fenômeno recente. Perpassa por várias esferas do poder, entre eles o político, o social e o econômico, atingindo cada vez mais uma camada maior da população e uma porção maior do território. Contudo, os estudos que envolvem o produto final da relação da sociedade com o espaço geográfico, ou seja, a materialidade das relações humanas com a natureza, só mais recentemente tem merecido o destaque, proporcional a sua importância à geração atual e às futuras.

Essa materialidade verifica-se em todos os diferentes espaços do território nacional. No entanto, com toda a certeza, apresenta-se de forma mais dramática nas cidades, onde os problemas ambientais se conjugam com os problemas sociais. A partir destes dois vieses, os estudiosos destas questões, em particular os geógrafos, têm construído várias análises; algumas delas aproximando o social do natural na

constituição dos problemas ambientais, outros analisando de forma mais independente.

Na geografia, costuma-se comentar que, na prática diária, a geografia humana permanece alheia à dinâmica ambiental, tanto quanto a geografia física fica alheia à dinâmica da sociedade. Os geomorfólogos restringir-se-iam a tentativas muito incipientes de incluir o ser humano ou a população, dificilmente a sociedade, nas suas interpretações. Os geógrafos humanos limitar-se-iam a ver o ambiente como substrato físico que é passivamente transformado pela sociedade.

As regras que regem as sociedades não são naturais e sim são frutos das ideologias de determinados grupos que agem sobre estas sociedades. O modo como os homens se relacionam com o ambiente depende do modo como os homens se relacionam entre si. Portanto, o ambiente também depende das idéias daqueles que regem e conduzem as sociedades.

Segundo Tavares (1988), para o geógrafo interessado nas questões ambientais não basta conhecer os elementos dos sistemas naturais e as interações existentes entre eles. É preciso verificar também a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nesses sistemas, à medida que

empreende a organização do espaço. Para compreender a ação do ser humano, faz-se necessário, entretanto, penetrar na estrutura da sociedade, aprender o seu modo de produção, conhecer as relações econômicas e sociais vigentes e verificar os interesses do Estado. Nesse sentido, embora preocupado com um problema que transporece no ambiente, o geógrafo estará, na realidade, efetuando um estudo do espaço produzido pela sociedade.

O entendimento que se faz é de que o espaço urbano é resultado da ação de um conjunto de agentes que organizam a sociedade e regem suas ações sobre o espaço. No entanto, para que este entendimento se consolide, é necessário que se caracterize o período histórico das ações e dos interesses que fazem parte do jogo político dos gestores deste espaço. O espaço geográfico assume, assim, conteúdos distintos de acordo com cada momento histórico. O espaço geográfico é entendido, segundo Santos (1966), como um híbrido de materialidades e ações. A formulação do espaço geográfico nos ajuda a superar o dualismo que a ciência geográfica tem carregado consigo e a nos conduzir a um melhor entendimento do espaço urbano, pois não corremos o risco de, ao se analisar as cidades, privilegiar mais um viés, o ambiental, por exemplo, do que outro, o humano/social.

Os fundamentos da ciência moderna permitiram a edificação de um conhecimento pautado pela distinção entre o homem e a natureza, pelo utilitarismo e pela idéia de progresso. Para se adequar aos pressupostos científicos dominantes, a geografia fragmentou-se em geografia física e geografia humana. As ciências sociais almejavam ser como a física, tomada como modelo de legitimidade científica e de legitimidade social: prever para agir (SANTOS, 1988).

As questões ambientais, tão presentes nas discussões do cotidiano das sociedades, materializam-se no espaço geográfico como fruto da ação e organização da sociedade que responde a estímulos de uma parcela mais organizada da sociedade que representa o pensamento capitalista e ou político dominante, seja no tempo ou espaço. Há a apropriação dos elementos da natureza pela sociedade e a sua manipulação, a fim de transformar um elemento natural (a natureza em seu estado mais puro) em um recurso natural, ou seja, vender a natureza. Esta relação do homem com a natureza, com toda a sua complexidade, é que se entende como espaço geográfico. O espaço geográfico resulta da transformação do espaço natural através da técnica. Quanto mais elevado é o nível das técnicas, mais a construção do espaço geográfico escapa ao constrangimento do meio natural, mais livre fica a sociedade para realizar os seus projetos (ISNARD *apud* CASTILLO, 2001). Para Raffestin *apud*

Trindade Jr. (2001), o espaço geográfico se caracteriza como sendo a "prisão original", e o território é a prisão que as sociedades constroem para si.

Santos (1996) aponta que o espaço geográfico pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre si; de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estruturas e máquinas que superpõem à natureza, e de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica, e os dois juntos constituem, exatamente, o espaço geográfico.

Nesse aspecto, Santos *apud* Oliveira (2001) considera o espaço como um híbrido de materialidade e intencionalidade, em que seus elementos constitutivos são interdependentes, ou seja, não podem ser isolados. O mesmo autor entende que os elementos da natureza em combinação com os elementos construídos formam uma única materialidade. Essa, carregada de finalidades e contra-finalidades, deixa de ser o que se pode entender como uma "natureza original" e passa a integrar o conjunto de potencialidades para as ações sociais.

Por fim, para a compreensão do espaço geográfico como dimensão social, a materialidade não deve estar ausente. Não

se deve dissociar a materialidade das intenções, dos projetos que lhe deram origem (intencionalidade) que de uma maneira ou de outra se materializa.

Discutir os problemas da cidade e do ambiente, hoje, parece ser um tema indissociável. Esta constatação se torna mais evidente, quando se observa que a maioria das problemáticas ambientais ocorre nas cidades: poluição atmosférica, das águas, produção de lixo, alterações no microclima, inundações, escorregamento de encostas, etc.

Não se deve restringir às cidades como sendo, por excelência, o local da produção da degradação ambiental: deve se reconhecer que as cidades comportam grande parte da população mundial. Isto significa entender que a questão ambiental está intimamente vinculada à produção e à apropriação social do espaço. Para Rodrigues (1998), isso significa que o espectro da análise do ambiente urbano tem que dar conta de apreender tanto como a sociedade produz este espaço se apropriando da natureza, quanto como se apropria deste espaço produzido.

Para Casseti (1991), os problemas ambientais materializam-se através das forças produtivas. Dessa forma, onde ocorre a intervenção da sociedade no espaço geográfico, buscando

satisfazer as suas necessidades, o que altera a natureza em seu estado primitivo, é independente da escala de ação e temporal. A degradação ambiental se materializa. Estas ações são comandadas por quem integra as relações de produção. É necessário se verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos seus espaços. Faz-se necessário penetrar na estrutura da sociedade, aprender o seu modo de produção, conhecer as relações econômicas e sociais vigentes e verificar a ação e os interesses do Estado.

As questões ambientais urbanas entraram na pauta de discussão de uma grande parcela da sociedade quando, segundo Souza (2001), de um lado houve a ameaça de risco à segurança e à qualidade de vida atingiu as classes médias e, de outro, quando se passaram a contabilizar as perdas nas esferas da produção provocada pela sua não preservação e pelos imensos custos provocados pelo colapso ambiental urbano. Essa situação propiciou que a questão ambiental passasse a assumir um papel cada vez mais relevante, enquanto variável das análises sobre a realidade.

A busca de elementos que levam ao entendimento de como o conjunto de agentes constrói os espaços urbanos nos leva a superação da dicotomia natureza/sociedade. A idéia que a geografia é uma filosofia das técnicas (SANTOS, 1988) resgata

a unidade da disciplina na diversidade dos temas de análise (modernização agrícola, fragmentação urbana, descentralização industrial, estrutura fundiária etc). Não há, portanto, um método particular para a geografia urbana. Pode-se falar isto sim, de teorias substantivas da urbanização, construídas à luz de um conceito de espaço geográfico que recupera a totalidade da geografia como dimensão social (CASTILLO, 2001).

1.4 A Sociedade e o Ambiente: Uma Temática Transversal

Um dos elementos mais marcantes das estruturações das cidades brasileiras está ligado a idéia de abandono e exclusão social. Este mesmo espaço geográfico é responsável pela formação de uma identidade de caráter coletivo, gerando movimentos de natureza diversificada que, em alguns casos, foca demandas pontuais.

Quando as ações tomam caráter fragmentário, desloca-se a questão principal, ou seja, a da gestão democrática do espaço urbano, para um nível de discussão e de ação em que está em jogo a definição de territorialidades formalmente construídas ou não, e que possam garantir, em primeiro plano, a realização de interesses particulares de quem faz uso do espaço urbano em benefício próprio. Prioriza-se, assim, o simples uso político do espaço e a conseqüente alienação do indivíduo com relação

ao lugar e a sua inserção no processo de urbanização, em detrimento da sua consciência territorial. Implica também na negação da possibilidade de construir, na sua consciência, a cidade como uma totalidade, apesar de toda a sua experiência como agente do espaço urbano.

A fragmentação do espaço urbano é facilitada pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço precipuamente valor de uso em espaço mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços, como fragmento de um imenso mosaico, sendo esta fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. O valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso (SEABRA, 1987). Essa dinâmica de fragmentação do espaço urbano cria em seu bojo uma configuração de territorialidades diversas, onde o espaço se caracteriza como uma mercadoria da qual se faz uso político. A existência destas territorialidades confirma a estrutura fragmentada do espaço urbano, onde se reproduzem diversas relações sociais.

É necessário, portanto, como afirma Morin (1996), tentar desconstruir e reconstruir instrumentais analíticos para compreender a complexidade do real, que corresponde não à completude do conhecimento, mas a sua incompletude. A

complexidade é inerente ao pensamento científico, mesmo quando o seu objetivo é revelar leis simples.

A exclusão social e a degradação do espaço natural, presentes nas cidades, enquadram-se na problemática do ambiente por comporem o espaço geográfico e trazerem na raiz do problema a mesma origem: a apropriação capitalista dos meios de produção, que se expressam da forma mais cruel nos espaços urbanos. O caminho da abordagem ambiental tem que passar pela busca de um entendimento de como se articula a estrutura das relações sociais. Nesse sentido, realizar estudos ambientais ou que possuam variáveis ambientais tem significado, cada vez mais, a superação dos enfoques sobre o aspecto estritamente ecológico do tema (SOUZA, 2001).

Ao lançar-se um olhar sobre o espaço geográfico urbano, tentando buscar um entendimento das relações que permeiam este mosaico de territorialidades, fragmentado em inúmeras relações - que no conjunto tentam buscar uma identidade única de urbanidade - é imperioso que se transite pela lógica do morador (seja qual for a sua espacialidade), pela lógica capitalista que se apropria dos meios de produção e dos recursos naturais e humanos e pela lógica do poder político que, por sua vez, também se fragmenta espacialmente e em esferas institucionais. Essa prática deve ser tomada, tanto

quando se busca uma visão mais ampla da problemática ambiental urbana, mesmo quando o olhar se restringe a um fenômeno mais localizado espacial e socialmente.

O grande desafio é construir uma problemática urbana que não se reduza à cidade, mas que diga respeito à história da(s) sociedade(s) humana(s). Isso implica na consideração da diferenciação e das articulações entre a cidade e o urbano. A cidade como realidade presente imediata, dado prático-sensível, morfologia e, o urbano, apontando a sociedade urbana como objeto em construção (CARLOS, 2001).

A partir dessas análises o estudo do espaço urbano, e a temática ambiental assumem uma transversalidade entre as ciências. Estas abandonam o tema natureza para assumir uma amplitude maior, como condicionador da existência humana. Nesse sentido, a geografia tem se valido de vários pensadores, das mais diversas áreas, para construir o seu pensamento e um novo olhar sobre as relações que os homens produzem sobre o local em que vivem.

Percebe-se a transversalidade dessas questões, ao circular em qualquer espaço de uma cidade de médio a grande porte no Brasil. Nota-se, nesses espaços questões sociais, políticas, econômicas, ambientais, de saúde, de lazer, de religião e etc,

ocupando espaços comuns, assumindo um caráter muito eclético e dinâmico, característico dessas cidades. O entendimento de como questões tão distintas e, às vezes, antagônicas convivem num mesmo espaço passa por uma análise transversal dessas questões. Transitar por várias áreas do conhecimento humano remete-nos a buscar não uma lógica, mas sim várias lógicas, regendo um mesmo espaço.

Sob esse ponto de vista, compreende-se que a busca por uma sociedade mais democrática e justa, na qual as oportunidades são iguais a todos, mas os caminhos a serem percorridos são tão distintos e às vezes excludentes, deve ser um esforço conjunto de todos os agentes que a compõem, para que nenhum setor da sociedade deixe de ser atendido.

A sociedade civil organiza-se através de ONGs que defendem interesses específicos de setores da sociedade, como a poluição de um rio, a discriminação racial, portadores de necessidades motoras especiais e etc. Isso mostra que a sociedade reconhece a sua pluralidade e se organiza por setores para garantir o seu espaço e o pleno exercício de sua cidadania. O que mais chama a atenção, nesse jogo de poderes, é que todos buscam o mesmo objetivo, que é uma sociedade mais humana, justa e democrática, mas a sua pluralidade faz com que setores disputem espaços entre si, buscando impor a sua

"igualdade" aos outros. Esse exercício democrático ocorre tanto entre os elementos da sociedade civil, como com as organizações governamentais que, também, são alvos das ONGs, ao mesmo tempo em que devem exercer o papel de mediador em muitos conflitos gerados por estas organizações.

1.4.1 A Percepção Ambiental e sua Subjetividade

Como foi visto até agora, a idéia de uma visão espacial e/ou ambiental urbana em sua totalidade esbarra na complexidade dos elementos componentes e no próprio caráter fragmentário das cidades. Se para quem estuda as cidades a partir de pressupostos científicos, esta complexidade gera dificuldades para a formulação de um conceito abrangente e único, deve-se imaginar que estas dificuldades aumentam para um morador que a analisa sob o ponto de vista empírico.

Quando se busca entender como as pessoas que residem em áreas urbanas, extremamente degradadas sob o ponto de vista ambiental, entendem e reconhecem a sua territorialidade e os agentes atuantes e responsáveis por este cenário e por seu modo de vida, não se deve limitar a subjetividade dos moradores locais. Entretanto, deve-se considerar de todos os atores urbanos e como cada setor e segmento de uma sociedade urbana percebem o mesmo espaço.

A geografia, bem como outras áreas do conhecimento humano, tem caminhado muito nesse sentido, visando buscar novas e ou clarear mais ainda as idéias que se formulam a partir da percepção do homem com o seu espaço e suas organizações sociais, refletindo na percepção humana o mosaico de espaços e das relações humanas existentes. Nesse sentido, alguns pesquisadores têm dado valiosas contribuições, buscando clarear mais essas questões, criando novos conceitos que sintetizam essas relações.

Guattari (1991) muito contribui ao avançar sobre o conceito tradicional de ecologia para uma totalidade da organização social. O autor apresenta três ecologias, que se organizam de forma entrelaçadas: a ecologia da rede de relações físico-naturais; a ecologia da rede de relações do trabalho e a ecologia da rede de idéias.

Reffatti (2000), ao analisar a idéia das três ecologias aponta que a indissociabilidade dessas três ecologias consiste no fato de que as redes de relações interferem cada uma na dinâmica das outras. Interferem numa produção cultural de valores subjetivos que demandam determinadas produções econômicas que, por sua vez, modificam os destinos do mundo físico-natural. Este, dialeticamente, na condição de meio, retorna na forma de condicionamentos sobre os caracteres

psicossociais de grupos e indivíduos que influenciam na sua produção. Entende-se por "meio" tanto a ambiência das ecologias sociais, quanto o meio físico da natureza modificada pela sociedade e que, tal como um espelho, devolve à sociedade, na visibilidade das paisagens por ela criadas, o verdadeiro caráter de suas motivações psicossociais.

A maneira como pensamos e percebemos o espaço geográfico é o resultado de um conjunto de relações tecidas diariamente ao longo dos tempos. Partindo dessa lógica de pensamento, o espaço geográfico concreto é construído por todos que integram esse mesmo espaço. No entanto, cada um percebe ou concebe, de sua maneira, a construção subjetiva do espaço geográfico. Nessa linha de pensamento, Rego (2000) adota o termo ambiência, que trata de uma noção de espaço geográfico como um sistema composto por relações sociais articuladas às relações físico-sociais. Um espaço condicionador da existência humana e que pode, por este espaço, ser eleito como objeto catalisador de ações transformadoras exatamente por este motivo, por ser condicionador da existência humana.

Em outras palavras, a ambiência pode ser entendida como uma rede de manifestações diárias das pessoas, dos seus cotidianos, de como elas se percebem no lugar onde vivem, dentro das suas manifestações diárias pertinentes às suas

existências individuais, como no trabalho, na escola, na família ou nas diversas formas de vida societária.

O conhecimento geográfico produzido dessas relações, cruza-se a partir da sua interioridade subjetiva, ou seja, de como ele interpreta o espaço em que vive com a exterioridade das condições do seu espaço geográfico que também o condiciona. Essa dinâmica da subjetividade com a espacialidade deve levar o indivíduo a compreender e a transformar a realidade quotidianamente vivida, no sentido de adaptar e adaptar-se ao local em que vive.

Contudo, o espaço geográfico urbano está em constante evolução ao longo dos tempos. Muitas vezes motivado por ações que emergem de movimentos internos das próprias comunidades urbanas em busca de melhorias sociais, ou de ações promovidas por políticas públicas, ou de investimentos de capitais produtivos, muitas vezes externos. Em algumas comunidades, foram promovidas profundas transformações sócio-espaciais, como se pode comprovar ao longo do processo industrial brasileiro, em especial no período do pós-guerra.

2 A SOCIEDADE URBANO INDUSTRIAL E OS PROBLEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS

2.1 A Formação da Sociedade Urbano-industrial Brasileira

Conforme Sene (1998), do início da história econômica brasileira, o processo industrial no nosso país é um fato relativamente recente. Durante o período colonial, Portugal implantou em sua colônia na América uma ocupação de exploração do território, assentada na monocultura de produtos tropicais para a exportação, realizada em grandes propriedades e com a utilização de mão-de-obra escrava.

A passagem do capitalismo comercial para o industrial, comandado pelo Reino Unido a partir da Segunda metade do século XVIII, em quase nada alterou as economias do Brasil e de Portugal. Nesse período, qualquer tentativa de implantar indústrias no país, por mais rudimentares que fossem, era

combatida pela coroa portuguesa. Isso ocorria na tentativa de impedir a formação de uma elite econômica que reivindicasse a liberdade política (independência). Essa política, restritiva à industrialização, atingiu seu auge em 1785, quando D. Maria I, A Louca, proibiu a implantação de qualquer atividade manufatureira ou fabril no Brasil, além de mandar extinguir as instaladas até então.

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, a política de restrições à industrialização brasileira foi revogada, mas a concorrência dos produtos estrangeiros, principalmente britânicos, dificultava a implantação de indústrias em território nacional. Foi somente em 1844, portanto após a independência do Brasil (1822), com a Tarifa Alves Branco e a criação de taxas médias de importação de 44%, que ocorreu o primeiro surto industrial no país. Contudo, foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que o país passou por um processo significativo de desenvolvimento e de maior diversidade industrial.

De 1930 a 1956, a industrialização no país caracterizou-se por explícita intervenção estatal. A prática foi conhecida como Keynesianismo, principalmente através de investimentos no setor de base, como a siderurgia, petroquímica e a extração de minério.

No período seguinte, no governo de JK, destacou-se o Plano de Metas, que gerou um grande crescimento econômico no país. Este programa previa maciços investimentos estatais em diversos setores da economia, como na agricultura, saúde, educação, energia, transportes, mineração e construção civil. Tais ações transformaram o Brasil em um país atraente aos investimentos estrangeiros.

A política do Plano de Metas acentuou a concentração do parque industrial na Região Sudeste, agravando os contrastes regionais. Essa concentração industrial determinou a implantação de uma política de planejamento federal para o desenvolvimento das demais regiões. Isso foi feito a partir da criação de superintendências de desenvolvimentos regionais, como a Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e a Sudesul - Superintendência de Desenvolvimento do Sul.

No governo de João Goulart (1961-1964), estabeleceu-se uma política econômica que desagradou aos políticos mais conservadores e aos interesses estrangeiros, o Plano Trienal. Este plano propunha-se a uma ampla reforma dos sistemas tributário, bancário e eleitoral, a regulamentação dos investimentos estrangeiros e da remessa de lucros, além de investimentos maciços em educação, saúde e da reforma agrária,

num caráter claramente nacionalista, porém taxada de comunista pelos setores mais conservadores da sociedade civil e militar.

O período do regime militar (1964-1985) caracterizou-se pela apropriação do poder público pelo setor privado, que desviou os interesses do Estado brasileiro para as necessidades empresariais. As carências da população foram desprezadas, tendo como objetivo o crescimento do PIB e o aumento do superávit na balança comercial. Os sacrifícios impostos às camadas populares criaram um contingente de mão-de-obra desqualificada que passaram a viver em condições de miserabilidade. Contudo, muitos, ainda hoje, encontram-se nessas condições, e as políticas públicas muito pouco têm atuado nesse setor a fim de minimizar os impactos negativos de situação social.

Ainda conforme Sene (1988), a partir de 1985, teve início o processo de democratização do sistema político e, conseqüentemente alteração, a das prioridades estabelecidas pelo Estado nos rumos da política econômica. O Brasil assumiu uma prática de privatização de empresas estatais, combate aos monopólios da União, brusca diminuição nos impostos de importação de bens de consumo e de produção, com estabelecimento de cotas de importação e tarifas diferenciadas por setores.

A abertura da economia brasileira ao ingresso de bens de consumo e de produção, facilitada pela redução dos impostos de importação provocou, por um lado, a modernização do parque industrial e o aumento da capacidade de competição no mercado internacional; por outro lado, gerou uma grande elevação nos índices de desemprego estrutural.

Esse tipo de desemprego se revela como sendo uma das piores faces deste processo, pois são postos de trabalhos que não serão mais abertos. Isso se dá porque são provocados pela introdução de novas tecnologias, como a robótica ou a informatização, ao processo produtivo, além de outras práticas que visam reduzir custos. Em uma economia cada vez mais globalizada, onde impera a competitividade, o desemprego estrutural surge como um grande problema, principalmente em um país subdesenvolvido.

2.2 A Formação Urbano-industrial do Vale do Rio dos Sinos

A evolução econômica de Novo Hamburgo, como do Rio Grande do Sul, fez-se de forma lenta, mas progressiva. Este processo não acompanhou o desenvolvimento industrial brasileiro. Foi com a política de integração nacional, proposta por Getúlio Vargas, a partir de 1930, que permitiu uma maior integração com o mercado do centro do país. Nesse período registrou-se

grande e vigoroso crescimento industrial no Rio Grande do Sul. Nos anos 70, com a conquista de mercados externos, a indústria do setor coureiro-calçadista do Vale do Sinos também conhece um grande crescimento (Fig 1). Contudo, até a chegada dos imigrantes alemães, em 1824, que colonizaram a região do Vale do Rio dos Sinos, não se registra indícios de trabalho organizado (Fig 2). Foi a partir da chegada dos imigrantes que verificaram-se os primeiros passos para o desenvolvimento econômico.



Figura 1 - Vista parcial da cidade de Novo Hamburgo. Sua economia está baseada na indústria coureiro-calçadista.

Os alemães, que vieram para colonizar o Vale do Sinos, trouxeram junto o conhecimento dos mais diversos ofícios, como

o de serralheiro, tecelão, ferreiro, alfaiate, carpinteiro, canoeiro, oleiro, pessoas entendidas em couro e outras. No início da colonização nessa região, nossa economia era predominantemente agrícola, na qual as pequenas e médias propriedades produziam apenas para a subsistência das famílias dos colonos alemães.

Com o decorrer do tempo, Hamburg Berg, como a futura cidade de Novo Hamburgo era chamada pelos moradores da época, foi se desenvolvendo e tornando-se uma área importante de comércio entre os diversos povoados que habitavam o Vale do Rio dos Sinos.

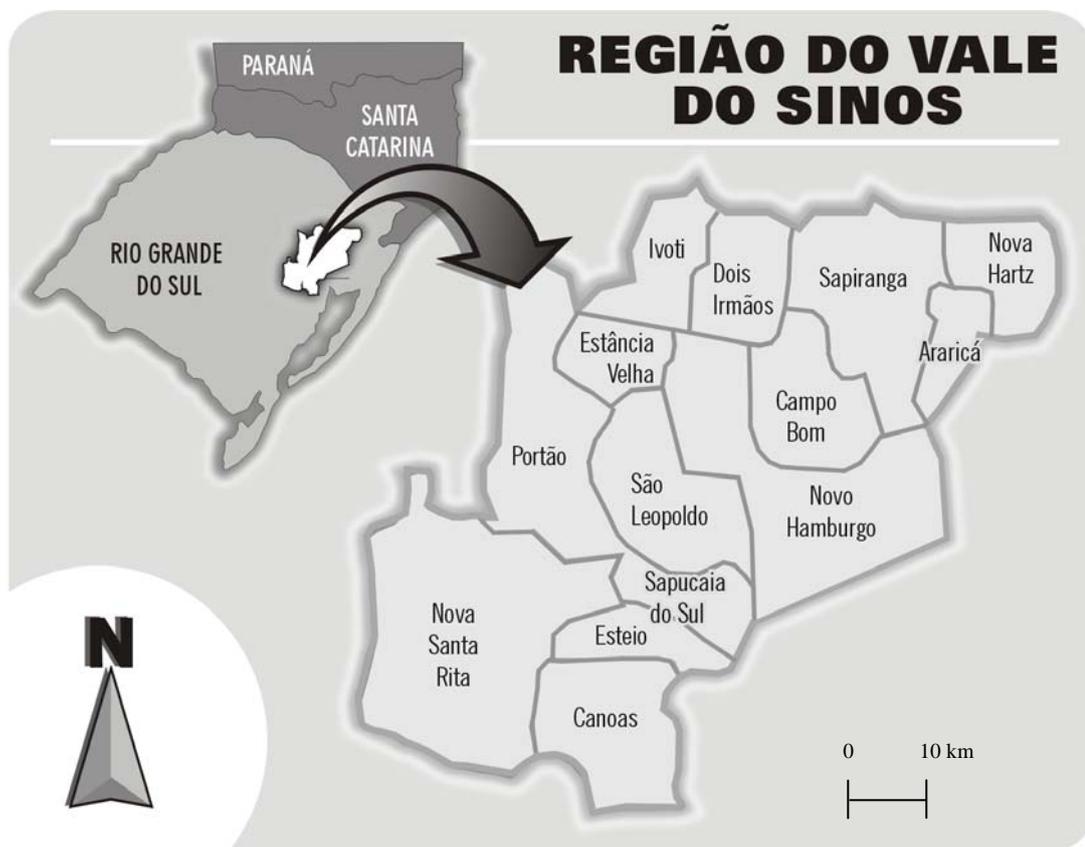


Figura 2 - Municípios do Vale do Rio dos Sinos - (Grupo Editorial Sinos).

Porém, um dos fatos mais importantes para o desenvolvimento dessas atividades na época foi a construção, em 1876, da estrada de ferro, ligando Porto Alegre a Novo Hamburgo. O comércio, a partir desse momento, cresceu rapidamente em função da maior agilidade e rapidez do transporte de mercadorias. No final do século XIX, o até então distrito de São Leopoldo, já iniciava sua diversificação econômica com o aparecimento da primeira indústria de calçados.

Um dos aspectos importantes para o seu surgimento foi a existência de mão-de-obra capaz de trabalhar com couro e fabricar sapatos. Essa experiência, como já foi apontada, veio com os imigrantes alemães que aqui se instalaram e, também, pelo fato do Rio Grande do Sul ser um estado de intensa atividade pecuária. Nesse estado o couro era uma matéria-prima abundante e a própria facilidade de transporte e comunicação com a capital facilitou o surgimento deste ramo.

A partir da emancipação política, em 05 de abril de 1927, a comunidade local conseguiu definitivamente autonomia para gerir as suas necessidades. O crescimento econômico, a partir de então, foi mais intenso porque os próprios recursos municipais começaram a ser aplicados aqui em maior quantidade.

O setor secundário foi se ampliando com o surgimento de novas indústrias, que atuavam em várias áreas. Mas, foi, sobretudo, o setor coureiro-calçadista, em função dos fatos já apontados, que despontou com maior força no cenário local. Até o ano de 1969, praticamente toda produção local coureiro-calçadista era destinada para o mercado interno; basicamente para São Paulo e Região Sudeste como um todo. Com o incentivo às exportações, a partir da criação da FENAC - Feira Nacional de Calçados, em 1969, Novo Hamburgo surgiu no cenário brasileiro e internacional como grande produtor e exportador de calçados, especialmente o feminino. Hoje este produto representa um dos principais produtos na pauta de exportações do Estado do Rio Grande do Sul e mola propulsora da economia de toda a região do vale do Rio dos Sinos.

Apesar do grande desenvolvimento econômico alcançado e este ter gerado uma industrialização, que basicamente emprega mão-de-obra não especializada, a estrutura social municipal não acompanhou esse processo e acabou criando uma gama de desigualdades. Uma delas diz respeito à concentração de renda, que retrata uma realidade vivida não só em Novo Hamburgo como de resto em toda a região. Enquanto apenas 1% da população economicamente ativa ganha mais de 20 salários mínimos, outros 50% ganham de 0 a 3 salários mínimos, segundo dados

registrados na época, no Guia Econômico do Vale do Sinos de 1993.

Segundo informação da Secretaria da Habitação do município de Novo Hamburgo, a população que compõem a parcela mais mal remunerada do setor coureiro-calçadista foi constituída a partir do grande fluxo migratório de pessoas oriundas do interior do Rio Grande do Sul e até de outros estados. São pessoas provenientes, principalmente, da zona rural, que vinham para Novo Hamburgo e região, principalmente durante a década de 70 e até o início dos anos 80, em busca de melhores condições de vida e que hoje acabam, na sua grande maioria, tendo que conviver com os baixos salários, o desemprego, a falta de condições adequadas para morar, etc.

A caracterização do vale do Rio dos Sinos como sendo uma região cuja atividade econômica se concentra no setor coureiro-calçadista, também é reconhecida pela FEE - Fundação Estadual de Estatística da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - através do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, que destaca a importância deste setor para a economia local. Além disso, identifica as profundas transformações que esta atividade vem apresentando ao longo da década de 1990, em função da nova política econômica e cambial adotada pelo governo brasileiro.

No artigo sobre a Espacialização da Economia e da Exclusão Social Metropolitana de Porto Alegre, escrito por Mammarella (2002), aponta-se que a região de Novo Hamburgo e as cidades do seu entorno apresentam um parque industrial relativamente homogêneo, concentrado basicamente em um único setor o coureiro-calçadista.

Para melhor analisar os dados pertinentes à espacialidade da economia da região metropolitana de Porto Alegre, Mammarella (2002) fez um recorte espacial desta região em duas "sub-regiões". A sub-região 1 foi composta pelo conjunto de municípios polarizados por Novo Hamburgo e São Leopoldo, e a sub-região 2 reuniu os municípios polarizados por Porto Alegre. A decisão de trabalhar com este recorte sub-regional foi motivada pela inquietação sobre as conseqüências sociais e espaciais, tendo em vista a implantação de grandes investimentos industriais previstos para os anos vindouros.

Os dados apresentados sobre o emprego na região 1 revelaram que apenas quatro municípios (Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom e São Leopoldo) concentravam 71,97% dos empregados ocupados na indústria. Essa concentração do emprego industrial, que ocorre em municípios conurbados, fica mais evidente quando se constata que em apenas dois gêneros (Couros, Peles, Similares e Vestuário e Calçados) concentravam

80,52% do emprego industrial sub-regional 1. Quatro municípios, entre os dez que compõem esta sub-região, apresentavam algum tipo de diversificação industrial, com importância em termos de emprego: São Leopoldo (Mecânica, Metalurgia e Borracha); Novo Hamburgo (Mecânica e Metalurgia); Sapiranga (Metalurgia) e Campo Bom (Papel e Papelão). Porém, esses gêneros estão integrados no setor coureiro-calçadista, com a fabricação das embalagens, de fivelas e outros artefatos para o calçado. Em três municípios (Dois Irmãos, Nova Hartz e Parobé) predominam apenas os gêneros de Vestuário e Calçado.

Esse tipo de economia de concentração, como a que ocorre na sub-região 1, tem algumas vantagens, tendo em vista, entre outros aspectos, o barateamento dos serviços e um ambiente com uma mão-de-obra relativamente especializada que reduzem os custos, significando ganhos para as empresas. Por outro lado, sempre que se verificam reversos nos rumos da economia nacional (ou mundial), esse tipo de setor fica muito exposto, tendendo a vivenciar uma crise generalizada. Como consequência, em especial em termos sociais, os postos de trabalho são reduzidos, as empresas tendem a fechar e o desemprego tende a assumir grandes proporções.

Para que se tenha um rápido panorama da situação regional, no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, o

setor de calçados absorvia, só em Novo Hamburgo, 60 mil trabalhadores nas fábricas e em apenas quatro anos diminuiu para apenas 8 mil. Os 52 mil trabalhadores que perderam emprego em Novo Hamburgo neste espaço de quatro anos representam, em termos de volume, a população total de Campo Bom (52.096, em 1996).

A causa dessa crise do setor é o número de falências e fechamentos de indústrias de calçado no RS, entre 1990 e 1994, em função da política cambial aplicada pelo governo da época (Plano Real). Segundo dados da Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado do Rio Grande do Sul, nesse período ocorreu a desativação (por uma das duas razões) de 121 estabelecimentos no Estado. Destas, 93 (76,86%) localizadas nos municípios da sub-região 1. Como resultado deste "quebra-quebra", 20.214 trabalhadores foram atingidos no Estado. Destes, 14.359 (71,03%) eram de empresas desta sub-região.

As indústrias de calçados estão adotando algumas medidas para enfrentar a crise do setor. Dentre elas, encontra-se a opção de migração para regiões onde os custos são mais baixos. Como é o caso da transferência de plantas de indústrias gaúchas para o Nordeste brasileiro, em que, além de existirem vantagens importantes como incentivos fiscais, os salários são

bem menores, estando próximos dos salários da Indonésia, segundo a Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado do Rio Grande do Sul. Essas estratégias estão ligadas a fatores como produtividade, competitividade e inserção no mercado local.

Atualmente, a região busca a diversificação do ramo de atividade, o que até o momento, não tem mostrado resultados significativos. Contudo, existe o esforço da retomada do desenvolvimento e a exportação de calçados a partir da nova política cambial adotada no país no final dos anos 90. Na prática, o volume atual de exportação de calçados é comparável ao volume exportado nas décadas de 70 e 80. Porém, o volume de empregos não acompanhou esta retomada. Este fenômeno se deve ao fato das indústrias que sobreviveram à "quebradeira", do início dos anos 90, adotarem na sua linha de produção, a utilização de máquinas em substituição à mão-de-obra, gerando, na região, o chamado desemprego estrutural.

2.3 A Industrialização no Vale do Rio dos Sinos e a Problemática Sócio-ambiental

Durante o processo de desenvolvimento brasileiro não houve, necessariamente, relevantes preocupações com a qualidade de vida ou com a degradação ambiental das cidades e

em outras áreas. A queda da qualidade de vida urbana e a procura por sua melhoria, incorporada nacionalmente pelos movimentos populares urbanos, caracterizam a crise ambiental urbana surgida a partir da década de 70, do século passado.

O rápido crescimento populacional, verificado nas últimas décadas principalmente nos anos 70 e 80 do século XX, na região do vale do Rio dos Sinos e no Rio Grande do Sul, fez com que a organização do espaço urbano não acompanhasse este ritmo. Esse processo associado à quase total inexistência de uma política de uso e ocupação do solo fez com que a expansão urbana ocorresse, em grande parte, em áreas impróprias ou de forma inadequada. Dessa forma, teve como consequência inúmeros problemas ao ambiente, à própria população assentada e aos poderes públicos responsáveis pelos serviços de infraestrutura nessas áreas (Fig 3).

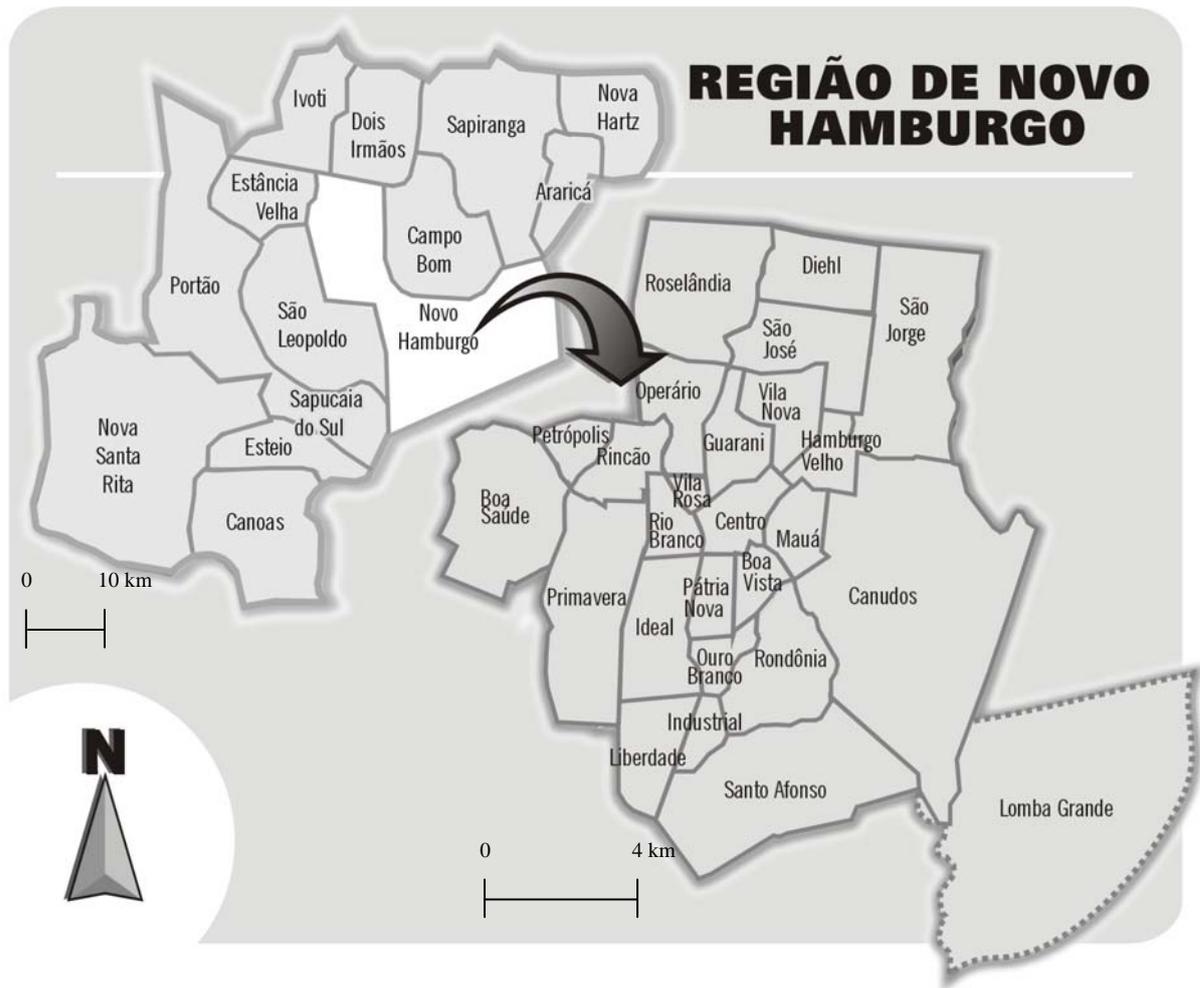


Figura 3 - Localização de Novo Hamburgo, com detalhamentos dos seus bairros, dentro dos Vale do Rio dos Sinos (Grupo Editorial Sinos).

A Metroplan (2000), com o objetivo de diagnosticar os principais problemas relacionados às questões ambientais da Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se insere parte da bacia hidrográfica do Sinos e conseqüentemente o arroio Pampa, como um dos seus afluentes, constatou que a maior parte dos problemas relacionadas ao meio físico é decorrente da forma como tem ocorrido o seu uso; tanto pela ocupação de áreas inadequadas, como pela falta de cuidados frente a determinadas áreas que requerem atenção especial, quando da sua ocupação,

como no caso as margens dos arroios, banhados, encostas de morros, margens de rodovias e etc.

A Metroplan (2000) diagnosticou, em seu relatório, vários outros problemas caracterizando aqueles de maior abrangência espacial e de intensidade: erosão, movimento de massas, inundação, assoreamento, poluição dos recursos hídricos e degradação de matas nativas.

Sobre estas questões, Moura-Fujimoto (2000) conclui que a urbanização apresenta-se como um desafio para muitos pesquisadores, pois a concentração humana e as atividades a ela relacionadas provocam uma ruptura do funcionamento do ambiente. Para melhor avaliar a qualidade ambiental urbana e controlar suas degradações ambientais, é preciso que se compreendam suas dinâmicas de funcionamento para que, a partir dessa compreensão, sejam procuradas soluções para os muitos problemas ambientais que afligem o espaço urbano.

Dessa forma, justifica-se a busca, nas origens do processo de urbanização recente do vale do Rio dos Sinos, pelas causas que podem encaminhar uma melhor análise conjuntural da degradação do espaço geográfico presente, em diferentes escalas, todos os municípios que compõem a bacia hidrográfica. Para melhor poder entender a complexidade desse processo, sem

que se necessite analisá-lo em todos os seus detalhes, focar-se-á as atenções em um estudo de caso que servirá de parâmetro para outros problemas existentes e decorrentes do processo industrial e de urbanização, como o ocorrido no Vale do Rio do Sinos.

3 POLÍTICAS APLICADAS AOS MORADORES DAS MARGENS DO ARROIO PAMPA

3.1 Arroio Pampa: Localização e Caracterização

A área que servirá de análise para um estudo de caso para os problemas ambientais, decorrentes da industrialização e urbanização ocorrida no Vale do Rio dos Sinos, trata-se da bacia do arroio Pampa, localizada no Município de Novo Hamburgo, o de maior destaque urbano-industrial da bacia hidrográfica do rio dos Sinos (Fig 4).

Segundo dados fornecidos pela Metroplan, o município de Novo Hamburgo faz parte da Grande Porto Alegre, localizado a aproximadamente 45 km da capital Porto Alegre, pertencente à micro-região do Vale do Rio dos Sinos, tendo como principal atividade econômica as indústrias do setor coureiro-calçadista, polarizando as demais cidades do seu entorno, que também desenvolvem atividades nesse setor.

A área de estudo compreende a população ribeirinha e a do seu entorno do arroio Pampa, bem como a qualidade ambiental das suas águas para estas populações e do município como um todo. Segundo o relatório da Secretaria do Meio Ambiente do município de Novo Hamburgo, através do Projeto de Saneamento Ambiental da Bacia do arroio Pampa (1999), descreve-se este arroio como sendo um dos principais afluentes do Rio dos Sinos que, por sua vez, deságua no lago Guaíba em Porto Alegre. Suas nascentes localizam-se no município de Novo Hamburgo, sendo que na divisa com o município vizinho de Campo Bom encontra-se a nascente do arroio Peri, principal afluente do arroio Pampa.

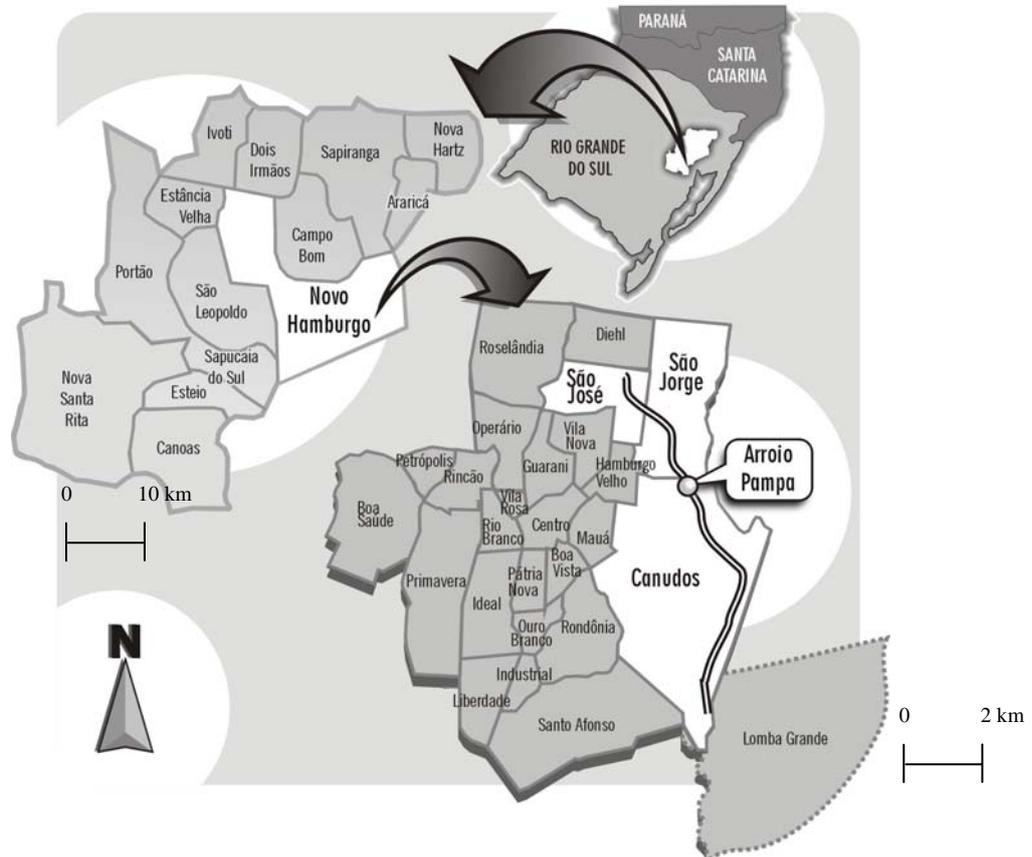


Figura 4 - Detalhamento do arroio Pampa no município de Novo Hamburgo (Grupo Editorial Sinos).

Através do levantamento aerofotogramétrico existente (1996) e fornecido pela mesma secretaria, constata-se que a bacia de contribuição do Pampa é de, aproximadamente, 26 km². O que significa em torno de 38% da área total urbana do município de Novo Hamburgo, dimensionada em, aproximadamente, 70 km² (não considerando o bairro rural de Lomba Grande). A área total do município é de 222.000² km. Em Novo Hamburgo, o arroio Pampa percorre quatro bairros extremamente densificados, populacional e construtivamente, caracterizados como de ocupação industrial e de residencial da classe trabalhadora.

O mesmo relatório faz, ainda, os seguintes apontamentos sobre a ocupação das margens do arroio: como é freqüente nos casos em questão, as margens do arroio são ocupadas de forma irregular, sem respeito à faixa de não edificação e de preservação do mesmo, com grande deterioração de seus taludes e deposição de lixo e dejetos, tanto domésticos quanto industriais (Fig 5).



Figura 5 - Tipo de moradia que ainda ocupa parte das margens do arroio Pampa.

Em sua análise final, o relatório faz uma referência ao uso das águas desta bacia, apontando que o arroio Pampa lança suas águas no Rio dos Sinos a 1.500 metros a montante da estação de captação da COMUSA: a Companhia Municipal de Saneamento, responsável pelo tratamento e abastecimento de água da cidade e de mais dois municípios da região. Essa condição contribui para o acréscimo de processos e custos do tratamento da água usada para consumo da população dos municípios de Novo Hamburgo, Estância Velha e Portão, somando um total de 385.000 pessoas atendidas.

O projeto de estudo e pesquisa sobre as diretrizes de uso do solo que incidem sobre a área do arroio Pampa atesta que ele cruza, em sua extensão de aproximadamente 8 km, por mais de quatro bairros e onze tipos de zonas de acordo com o Plano Diretor (1999) que vigora até hoje.

As nascentes principais situam-se em uma zona do tipo especial, numa altitude de 123 m, junto a divisa com o município de Dois Irmãos. Após, passa por várias zonas do tipo industrial, onde é permitida a instalação de indústrias de todos os tipos e atividades (indústrias em geral, incômodas, perigosas e cerâmicas). Na porção intermediária, passa por uma zona residencial e comercial. Ambas se caracterizam por não apresentarem obstruções e construções com grande taxa de ocupação. Na extensão final do arroio, que é onde está principalmente focado a análise de estudo a que se dedica este trabalho, alcança o banhado do Rio dos Sinos, mas antes passa por uma zona industrial, onde é vedada a instalação de indústrias perigosas.

Na zona especial que atinge o banhado, há restrições de instalação de qualquer tipo de construção através do controle do Índice de Aproveitamento e Taxa de Ocupação, sendo que a única atividade industrial permitida está relacionada às indústrias cerâmicas.

Este mesmo relatório, baseado no Plano Diretor do município, apontou que a parte da cidade em questão, tanto por localização, indução, permissão ou utilização, é ocupada por indústrias e outras atividades que empregam grande parte da mão-de-obra existente na cidade (Fig 6).

Esta é a grande característica da área: residencial, para a classe trabalhadora por ocupação extensiva. Por sua localização periférica ao centro comercial, atrai a atividade industrial que, hoje em dia, tende a ficar mais afastada do centro comercial e de zonas residenciais médias e altas. E a classe trabalhadora, por sua vez, é atraída pela acessibilidade ao emprego, sem a necessidade de longos deslocamentos.



Figura 6 - Um típico ateliê da indústria calçadista localizada nas margens do arroio Pampa.

O Plano Diretor de Gerenciamento e Controle Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba (2000), em sua ação integrada com a prefeitura municipal de Novo Hamburgo, visando a recuperação e saneamento ambiental na bacia do arroio Pampa, atesta em seu relatório enviado à prefeitura municipal, em outubro de 2000, que a recuperação da bacia do arroio Pampa é fundamental para a exeqüibilidade do Programa Pró-Guaíba. Já que o mesmo é o principal afluente do rio dos Sinos que, por sua vez, é responsável por mais de 25% da poluição do lago Guaíba (FEPAM, 1997).

Este conjunto de elementos que caracteriza esta área do arroio Pampa também é caracterizado como uma constante em cidades de médio e grande porte de países em vias de desenvolvimento. Um aspecto positivo, que se deve ressaltar, é o de que o poder público municipal forneceu a maioria dos dados que contribuíram para formulação das principais análises deste trabalho, fruto de um estudo para a revitalização desta área.

Porém, faz parte, também da realidade local, uma série de conflitos que envolvem interesses diversos tais como: os eleitorais, imobiliários, de empreiteiras e ambientalistas; que agem nestes espaços, atuando segundo seus interesses particulares. Os conflitos surgidos dessas diversidades de

idéias e interesses só fazem aumentar a tensão social dessas áreas. Invariavelmente, transformam os seus moradores em instrumentos políticos de pressão e, o que é pior, geralmente com pouco resultado prático favorável a essas pessoas.

3.2 A Territorialização e Desterritorialização das Margens do Arroio Pampa

A história da ocupação das margens do arroio Pampa se confunde com a história recente do município de Novo Hamburgo. Principalmente e paralelamente ao seu processo de industrialização que, de maneira destacada, ocupa o cenário econômico do município a partir da década de 70, do século passado, quando a indústria coureiro-calçadista, dominante no município, começa a exportar, provocando um surto de crescimento no setor e uma necessidade grande e crescente de mão-de-obra.

Como já foi destacado anteriormente, o fluxo migratório que se formou em direção ao município de Novo Hamburgo, deu-se a partir da conjugação de um conjunto de fatores ligados à mecanização da lavoura que se intensificava neste período, em especial no planalto norte rio-grandense que foi impulsionado pelo fenômeno do "milagre da soja", quando o valor da saca de soja atingia preços extremamente atraentes no mercado externo.

Esse sistema de produção adotou técnicas e máquinas para o aumento da produção e da produtividade que, em contrapartida, provocou uma significativa dispensa de mão-de-obra e um grande êxodo rural. Novo Hamburgo torna-se, nesse período, um grande pólo de atração, devido a grande oferta de empregos, inclusive para mão-de-obra não especializada, acostumada somente com as atividades rurais.

A falta de um lugar para morar, nos primeiros momentos, por parte de muitos dos que migraram para Novo Hamburgo, provocou a ocupação de áreas irregulares. Muitas delas foram estimuladas por pessoas que visavam vantagens eleitorais.

Com o passar do tempo a indústria coureiro-calçadista foi se satisfazendo com a mão-de-obra, na medida em que se modernizava, passando a provocar um excedente, que na sua maioria não apresentava qualificação, passando a (re)alimentar as ocupações das áreas irregulares do município, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Habitação. Contudo, essa mesma fonte atesta que a maioria dos atuais moradores de ocupações irregulares do município pouca relação tem com os primeiros ocupantes destas áreas (Fig 7).



Figura 7 - Foto aérea da porção mais a jusante do arroio Pampa, no bairro Canudos, onde aparece a ocupação das suas margens por moradias irregulares.

Ao mesmo tempo em que também os moradores das margens do Pampa pouca relação têm haver com a população que promoveu pela primeira vez a ocupação das suas margens. A ocupação dos moradores tem se mostrado diversificada quanto ao ramo de trabalho, não sendo mais o setor coureiro-calçadista o majoritário. Tal fato está atrelado às profundas modificações que este setor, em especial no Vale do Rio dos Sinos, foi obrigado a realizar em função da crise econômica e cambial que afetou o setor e as exportações na década de 90, no século passado. Entre as principais providências tomadas pelas indústrias, destacam-se a modernização e a otimização da

produção para poder apresentar mais competitividade no mercado interno que, historicamente, nunca foi o principal nicho e, especialmente, no mercado externo.

Outra providência importante, tomada pelos empresários da região, foi a busca da diversificação dos ramos de atividades industriais. Isso ocorreu na tentativa de se livrar das amarras do monopólio do setor coureiro-calçadista que, conforme a crise no setor da década de 90 do século passado, havia ensinado que se por um lado o vale dos Sinos se especializa e se qualifica no ramo coureiro-calçadista; por outro lado, qualquer crise que atinja este setor provoca profundos traumas na economia local. A quebra deste setor significaria a falência de praticamente toda a econômica da região. A diversidade industrial tornou-se uma prioridade, como também, a recuperação do setor tradicional do couro e do calçado.

A crise do setor coureiro-calçadista, que afetou a região do Vale do Rio dos Sinos, evidenciou marcas profundas não só na economia da região como também, de forma mais visível e contundente, na sociedade. O empobrecimento da população, em geral, foi visível com o aumento das sub-habitações. Ao mesmo tempo em que a crise industrial diminuiu a arrecadação de

tributos por parte da prefeitura, fez também diminuir os investimentos e atendimentos na área social do município.

Contudo, a retomada da produção industrial, nas décadas de 70 e 80 do século XX, ocorrida ainda na virada do século, tanto em volume como em valores de exportação de calçados, não se refletiu na mesma proporção em quantidade e qualidade de vida da população da região. O desemprego funcional passou a ser a grande marca e desafio dos gestores públicos na busca de uma melhor qualidade de vida da população.

A Secretaria Municipal da Habitação do município de Novo Hamburgo há vários anos vem trabalhando e desenvolvendo ações sociais com os moradores das margens do arroio Pampa. De forma sucinta, através do diretor da ação social do município, os caracteriza como:

Uma população que trabalha com a intenção de se mudar de lugar, para poder oferecer uma melhor condição para os seus familiares. Contudo, os moradores das margens do arroio Pampa têm uma boa ciência da precariedade ambiental e estrutural do lugar em que moram, mas por outro lado, já criaram laços e dependências sociais, econômicas e físicas, que dificultam, também a mudança para outro lugar.

Sobre a formação de laços com o lugar e a construção de uma identidade territorial, é importante destacar o papel que os fatores geográficos desempenham na formação e evolução dos

modos de pensar, nas influências que eles exercem sobre os modos de vida. Portanto, qualquer ação que visa a retirada da população das margens do arroio Pampa, com a intenção de oferecer uma melhor condição de vida, deve se levar em conta a desterritorialização desta população e a necessidade de se trabalhar uma nova territorialidade, onde for ocorrer o seu reassentamento, sob o risco dessas famílias abandonarem ou venderem suas novas casas e retornarem às antigas sub-habitações (Fig 8).

Devemos compreender também que, similarmente, o meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. Nessa mesma linha, Coelho (2001) afirma que o ambiente é passivo e ativo, é ao mesmo tempo suporte geofísico, condicionando e condicionante de movimento, transformador da vida social. Portanto, a remoção dos moradores das margens do arroio Pampa, que aparece como uma das prioridades da Secretaria Municipal da Habitação, exige muito mais do que verbas e vontade política para a transferência da população para um local dotado de boa infraestrutura urbana. Está em jogo também a história de vida desta população, expressa em sua territorialidade.



Figura 8 - Vista da vila para onde estão sendo transferidos parte dos moradores das margens do arroio Pampa. Esta vila está localizada na divisa do município de Novo Hamburgo com o de Campo Bom.

A territorialidade é o território que pode ser definido geograficamente como o espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos, ocupado e apropriado por um grupo social. Os territórios podem ter um caráter permanente, com limites bem definidos há muito tempo, assim como uma existência temporária, a exemplo da área ocupada por vendedores ambulantes nas ruas de uma cidade. Portanto, a definição e delimitação de um território é um fato gerador de uma identidade em um grupo social, pois uma comunidade não pode ser compreendida sem seu território. As identidades sócio-culturais das pessoas estão

indissoluvelmente ligadas aos atributos do espaço concreto, como a natureza, o patrimônio arquitetônico e a paisagem.

Entre os muitos interessados e envolvidos nas questões que envolvem os moradores das margens do arroio Pampa, a esfera pública é a mais atuante e influente, fazendo uso do poder público através das leis e regulamentações que regem a ocupação de áreas de risco e degradadas. No entanto, o poder político, desconhecendo qualquer elo de ligação da população ribeirinha com a área ocupada, desconhece também qualquer tipo de territorialidade dos moradores. O resultado dessa ação baseia-se em muitas ações e reações como as descritas por Smith (1988): "a alienação do trabalhador implica, junto com uma alienação estritamente material, em uma certa alienação de consciência. Ambas se desenvolvem juntas".

É através dessa alienação que o poder público trabalha. Através de campanhas institucionais de defesa do ambiente, faz a sociedade crer que qualquer ocupação dos espaços não formais do meio urbano significa uma agressão ao ambiente. Desse modo, os moradores das margens do arroio Pampa se reconhecem como agressores do ambiente e invasores de um lugar que não lhes pertence, mas que pertence a alguém que ele desconhece, e não como vítima de um sistema que lhes obriga a ocupar espaços que a cidade e o setor imobiliário descartam para moradias.

A ação conjunta das Secretarias Municipais da Habitação, Ação Social e Obras Públicas visa a construção de uma avenida margeando os 8 km do arroio Pampa, onde atualmente várias vilas irregulares ocupam estas margens (Fig 9). O poder público municipal já fez o cadastro dos moradores, bem como, as opções de áreas para o reassentamento dotadas de alguma infra-estrutura básica.

Essas estratégias que visam a recuperação do arroio Pampa e a revitalização das suas margens são entendidas pelo poder público municipal como uma separação entre o sujeito, morador das margens e o objeto, o arroio, e sendo o primeiro principal agente agressor do segundo. A proposta de revitalização das margens do arroio e a falta de uma política de recuperação ambiental das suas águas demonstram claramente essa proposição. Uma vez que os projetos encaminhados e aprovados, nesse sentido, em nada têm a ver com o ambiente natural da paisagem ribeirinha, e muito menos tem levado em conta o ponto de vista dos moradores quanto a sua atual situação de morador de uma área com a qual mantém laços de dependências.



Figura 9 - Parte da avenida Alcântara, em uma das margens do arroio Pampa. Quando estiver concluída, margeará todo o arroio Pampa, canalizado com os gabiões (muros de contenções).

Para Menezes (2001), o processo de desterritorialização está ligado ao processo de migração, desde que o deslocamento se processe com algum nível de ruptura na vida cotidiana e temporal do grupo social ou no seu processo de trabalho. Essa ruptura da vida cotidiana dos moradores talvez seja o ponto chave de uma discussão que deva envolver o poder público e os moradores do Pampa, a fim de garantir que o reassentamento dos moradores apresente melhores índices de sucesso e satisfação.

Nesse sentido, Sack (1986) entende que circunscrever coisas no espaço ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar o milho plantado, ou onde a indústria está concentrada, identifica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria por si só um território. Essa delimitação só se torna um território quando suas fronteiras são usadas para afetar comportamentos. Ela forma o pano de fundo das relações humanas e suas concepções de espaço. A territorialidade indica que as relações humanas não são neutras e que as pessoas não interagem e se movem no espaço de forma desconexa com ele. Ao invés disso, é a sua relação com ele que molda comportamentos.

Portanto, é mais do que justificada a importância de um debate sobre a remoção de moradores de uma área qualquer, buscando evitar traumas e rupturas com a territorialidade adquirida ou perdida, em especial quando ela ocorre por uma transferência forçada, imposta pelo poder público. É muito provável que os moradores das margens do Pampa desejem sair dessa área, por todo o tipo de problema que ela apresenta, e até trabalhe muito para isso, como já afirmou o diretor da secretaria de Ação Social do município de Novo Hamburgo. Entretanto, a imposição, tanto da saída, como do lugar a ser assentado, apresenta-se como um agente complicador.

Nesse sentido, vale a pena registrar que, do ponto de vista fenomenológico, o território perceptivo e vivenciado é considerado como um prolongamento do próprio corpo e é uma das bases da Ciência Fenomenológica, no que diz respeito à relação do homem com o lugar em que vive. Para Collot (1990), a paisagem construída a partir do corpo e as relações existentes entre eles são portadoras de significações que repercutem em todos os registros da experiência humana, e que fazem da paisagem um espelho da afetividade do sujeito.

É natural que se queira, ao observar a situação dos moradores das margens do Pampa, a imediata remoção no sentido de buscar uma condição de vida mais digna, talvez este seja o sentimento do poder público municipal, o que é plenamente aceitável. Contudo, é importante salientar que a visão da paisagem não é somente estética, mas também lírica, pois o homem coloca na sua relação com o espaço as grandes direções significativas com a sua existência (Collot 1990).

Desse modo, a questão sócio-ambiental existente nesse espaço em questão, coloca em destaque a contradição da produção social do espaço e das formas de apropriação do ambiente. Formas de apropriação tanto reais, formas concretas pelas quais a natureza é transformada, como as simbólicas, formas do pensamento sobre estas apropriações e

transformações. Todas essas reflexões apontam para um detalhe que, para muitos, pode parecer como solução definitiva para os moradores das margens do Pampa, que é a sua realocação para uma área que apresente uma infra-estrutura mais digna para este morador. Contudo, a dificuldade estrutural e financeira para a realocação concorre em igualdade com as dificuldades pessoais, subjetivas desses moradores em assumir uma nova territorialidade que, em praticamente nenhum momento, são levadas em conta.

3.3 Caracterização da Ocupação das Margens do Pampa

Como visto até aqui, o arroio Pampa percorre, aproximadamente, 8 km no município de Novo Hamburgo e suas margens estão praticamente ocupadas em toda a sua extensão, tanto de forma irregular, no sentido de invasão/ocupação, como de forma regular através de ocupação legal, ou seja, terrenos que vão até as suas margens, forma de ocupação mais comum ao nos aproximarmos da montante do arroio. A ocupação irregular concentrou-se mais no curso médio em direção à foz. Porém, mais próxima a sua jusante, onde tem ocorrido às ocupações mais recentes, verifica-se um maior adensamento de casebres e, conseqüentemente, um maior agravamento das condições sócio-ambientais.

A prefeitura municipal dividiu e cadastrou os moradores em 07 vilas ou áreas de invasão, cada uma com suas especificidades e grau de complexidade sócio-ambiental. Os administradores públicos do município entendem que as margens do arroio Pampa, ocupada por vilas, constituem-se numa área verde institucional, ou seja, uma área de preservação e/ou de inundação, portanto sem valor imobiliário para os investidores, sendo com isso de domínio público. Contudo, são áreas preferenciais para invasão e ocupação por parte das famílias que não têm onde morar. A característica atual desses invasores é que não mais predomina o imigrante do interior, fruto do êxodo rural. Nesse local, predominam moradores do próprio município que muitas vezes são expulsos de suas casas por um agravamento financeiro ou por não mais poder pagar aluguel, por exemplo, conforme atesta o assessor da Secretaria Municipal de Habitação de Novo Hamburgo.

Dessa maneira, as ações do poder público com relação as complexidades dos moradores das margens de todo o arroio são discutidas e encaminhadas de forma segmentada com cada uma das vilas. Nesse sentido, atendem a uma forma diferente de discussão com os seus moradores, de acordo com a complexidade dos problemas de cada vila, bem como, sua contextualização histórica de ocupação e susceptibilidade a riscos de inundações.

Assim, os moradores de algumas das vilas, onde as discussões sobre a transferência das margens do arroio avançaram mais, estão em processo mais adiantado de remoção, ou até já foram removidos. Entretanto, em outras vilas, as discussões com os seus moradores sobre as suas remoções ainda nem iniciaram.

A ação do poder público municipal, no sentido de remover os moradores, tem se concentrado sobre aqueles mais a jusante, onde a ocupação foi mais recente, onde também, e por isso, as questões sócio-ambientais são mais graves, pela quase inexistência de infra-estrutura básica e aonde territorialidade está menos presente.

As áreas de ocupações mais antigas apresentam problemas sócio-ambientais menos graves porque ao longo dos anos os moradores foram se estruturando e reorganizando os seus terrenos e casas. Foram recebendo uma maior infra-estrutura básica, minimizando com isso as suas precariedades e a territorialidade se faz bem mais presente, dificultando, assim, a remoção desses moradores.

De maneira geral, a Secretaria Municipal da Habitação afirma que esta população se encontra residindo, em média, a mais de dez anos nas margens do arroio, porém, não se

constituem mais, a não ser em raros casos, moradores originais, mas sim, como os terceiros ou quartos ocupantes desta área. Demonstrando, dessa forma, haver um grande rodízio de moradores e uma vontade de não permanecer muito tempo morando nas margens do Pampa.

O comércio de venda e aluguéis de casas constitui-se num rendoso negócio para algumas famílias mais antigas do lugar. Tanto que atualmente chegam a administrar o aluguel e a venda de um número bastante expressivo de casas. Este fato, segundo os membros do Pampa Vivo, uma ONG ambiental vinculada à igreja Luterana que atua junto aos moradores do arroio, tem dificultado muito todo e qualquer projeto de revitalização ou remoção de moradores. Por serem moradores mais antigos do local, esses exercem forte influência sobre os demais moradores para resistirem a qualquer tipo de mudança. Além do que, qualquer alteração do quadro atual do Pampa, fere os interesses imobiliários dos mais antigos.

Portanto, a maioria dos atuais moradores do Pampa não pode ser considerada invasores. Eles são moradores que compraram a casa onde moram e/ou pagam aluguel. Esta questão imobiliária dificulta a ação de remoção destes moradores, pois a saída das margens do arroio para um loteamento regular, oferecido pelo poder público municipal, significa abandonar um patrimônio

adquirido. Este é, normalmente, pago com muitas dificuldades, não interessando a esses moradores assumir a compra de um novo terreno e a construção de uma nova casa, mesmo que esta seja de forma totalmente regular e a garantia de aquisição de um imóvel próprio, sem o risco de despejo e com apoio dos órgãos públicos municipal e estadual.

Nas margens do arroio Pampa fica evidenciado um mosaico de ações e tramas políticas e econômicas, obedecendo as lógicas locais, refletindo as ações comuns e típicas das áreas mais centrais e urbanizadas das cidades. Portanto, reconhece-se um poder local ao qual o poder instituído e legal deve levar em conta quando se busca a ruptura da espacialidade, pela qual este poder atua.

Esse processo se verifica em todas as vilas existentes ao longo dos 8 km do arroio Pampa. Os agentes e esferas de poder atuam sobre estas populações, como o próprio morador se identifica e quais as suas lógicas como parte integrante deste "jogo" de poder, força e influências.

Para se dar uma idéia de como o poder público municipal e os moradores dessas áreas vêm trabalhando no sentido de se transferirem para outras áreas oferecidas pela prefeitura, com mais infra-estrutura, mas distantes do ponto atual em que

vivem, focar-se-á a atenção em somente uma das vilas, pois, notadamente, o processo se repete nas demais vilas, de forma e intensidades semelhantes.

3.4 Moradores da Vila que já foi Removida - Vila Caraveli

Todo o processo de erradicação de vilas irregulares independentes, do seu porte ou do município em que está inserido, é reconhecidamente constituído de dificuldades e envolto em complexidades. No caso do arroio Pampa, onde a extensão da área e o número de famílias que se encontram nesta situação, não se apresentam diferenciações a casos similares aos de outros municípios da região e do país. Portanto, é de bom senso que as estratégias adotadas pelos poderes públicos contemplem, não só os interesses da estética urbana, as deficiências estruturais das sub-moradias e da revitalização ambiental das áreas em que a pressão demográfica fez surgirem as vilas irregulares, mas também através do diálogo e da negociação política. Nesse sentido é que essas ações atendem, mesmo que minimamente, aos interesses da população que será removida a fim de conjugar interesses e obter melhores resultados com as transferências das famílias. Quanto maior a satisfação com a transferência, menor o risco delas retornarem para estas áreas.

A estratégia que a prefeitura municipal tem adotado nesse caso é a contabilidade do número de vilas e de moradores, procurando promover a remoção de uma vila de cada vez, mas na sua totalidade. Completado este processo, inicia-se a remoção de outra vila, o que parece muito interessante e adequado. Por se tratar, como já foi apontado anteriormente, de um processo complexo, a divisão e o cadastramento em pequenas vilas, muitas vezes desmembrando-as, nos quase 8 km de sub-moradia nas margens do arroio Pampa, bem como o atendimento individualizado das demandas de cada uma delas para serem removidas, reduz de forma significativa as dificuldades, se comparadas a uma tentativa de remoção mais global.

Outro cuidado observado nas remoções foi a ocupação imediata da área da vila removida. Como a proposta é a construção de uma avenida margeando os 8 km do arroio, quando da transferência de um grupo de famílias, imediatamente começa a construção de um segmento da avenida no lugar (Fig 10). Atualmente, ao se percorrer as margens do Pampa, observa-se que esta futura avenida encontra-se toda fragmentada, pois as remoções não acompanham linearmente o traçado da avenida, que só estará concluída quando o processo de remoção estiver também concluído. O nome da avenida já foi escolhido, chamar-se-á avenida Alcântara, em homenagem ao nome da primeira vila que se formou nas margens do arroio Pampa.



Figura 10 - Construção da avenida Alcântara. As margens do arroio, antes ocupadas por moradias irregulares, agora por gabiões e avenida.

Uma das vilas que já foi removida constituía-se na chamada Vila Caraveli, localizada mais a jusante do arroio. Esta vila possui um histórico relativamente recente de ocupação das margens, sendo também caracterizada por ser uma das menores constituída em suas margens. A vila tem o total de 38 moradias, composta por 42 famílias num total de 372 pessoas, conforme relatório de levantamento feito em 2000, através do cadastro socioeconômico da Secretaria Municipal de Habitação do Município de Novo Hamburgo.

Segundo esse mesmo relatório, conforme atesta o Quadro 1, a maioria dos moradores dessa vila são naturais do próprio município de Novo Hamburgo, e a quase totalidade dos moradores são oriundos de cidades da Grande Porto Alegre. Portanto, cidades próximas a Novo Hamburgo que, por sua vez, também apresentam um histórico de desenvolvimento sócio-econômico semelhante desta, diferenciando-se, talvez, pelo volume e aceleração desse processo. Contudo, Novo Hamburgo ainda é um dos municípios pólo de maior atração populacional na região, impulsionado pelo porte da sua atividade industrial.

Quadro 1 - Origem dos Moradores da Vila Caraveli

LOCAL DE ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM (%)
Novo Hamburgo	65	78,32 %
Grande Porto Alegre	11	13,26%
Outras Cidades	06	7,22%
Fora do Estado	01	1,20%
TOTAL	83	100%

Fonte: Pref. Mun. de Novo Hamburgo - 2000.

Os dados apresentados pelo Quadro 1 demonstram que a maioria dos moradores da vila Caraveli é oriunda das regiões próximas a Novo Hamburgo. Demonstram claramente que, mesmo sendo uma vila que se formou mais recentemente dentro do histórico de ocupação das margens do arroio, não repete mais a

lógica histórica que levou a ocupação das margens do arroio Pampa. Não se trata mais de moradores oriundos do planalto norte do Estado do Rio Grande do Sul como fruto de mão-de-obra excedente da mecanização da lavoura, mas sim do excedente da mão-de-obra não qualificada das indústrias da região.

Essa constatação é comungada com a Secretaria Municipal da Habitação que destaca que as ocupações mais recentes das margens do Pampa se dão por populações carentes, fruto das desigualdades sociais produzidas pelo modelo de produção do sistema industrial da região, em especial, do setor coureiro-calçadista. Este não exige qualificação da mão-de-obra, mas em contrapartida, oferece uma baixa remuneração. A população, sem ter muita saída para onde ir, busca acomodar suas famílias em vilas irregulares no município devido ao seu custo, tanto de aluguel como da construção de uma sub-moradia que, normalmente, utiliza materiais alternativos. Portanto, há muito tempo a motivação da ocupação de áreas públicas ou de riscos no município de Novo Hamburgo não é mais resultado exclusivo do êxodo rural, mas sim das desigualdades socioeconômicas presentes na região.

Outros dados, fornecidos pela prefeitura municipal, que dizem respeito ao tipo de moradores e moradias que compunham a vila Caraveli, e que merecem destaques, são os que fazem

referências quanto à média de pessoas por moradia e o tipo de ocupação (quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Distribuição da população da Vila Caraveli, quanto à média de pessoas por residência

TOTAL DA POPULAÇÃO	TOTAL DE MORADIA	MÉDIA DE PESSOAS POR MORADIA
372	83	4,5

Fonte: Pref. Mun. de Novo Hamburgo - 2000.

Quadro 3 - Distribuição da população quanto à ocupação

OCUPAÇÃO	Nº DE PESSOAS	PERCENTUAL
Industriário	43	11,55
Construção Civil	07	1,9
Biscate	20	5,4
Doméstica	21	5,64
Autônomo	05	1,34
Motorista	04	1,07
Aposentado	08	2,18
Comerciante	15	4,03
Pensionista	01	0,26
Sub-total	124	33,37
Do lar	43	11,55
Menores de 18 fora de sala de aula	13	3,49
Menores de 7 anos estudantes	104	27,95
Desempregados	29	7,79
Inválidos	01	0,26
Sub-total	248	66,63
Total	372	100,00

Fonte: Pref. Mun. de Novo Hamburgo - 2000.

Os dados apresentados no Quadro 3 confirmam a informação dada pela Secretaria Municipal da Habitação quanto a baixa qualificação da mão-de-obra da grande maioria dos moradores da vila Caraveli. Atrelada à baixa especialização profissional, está a baixa remuneração, conforme demonstra o Quadro 4, que apresenta dados também relativos aos moradores da vila Caraveli. Portanto, há condição para sair dessa situação não depende exclusivamente de que o morador trabalhador vá, por conta própria, em busca de meios para reverter essa situação, sem que haja uma intervenção externa que provoque uma ruptura no círculo vicioso que se forma nas sub-habitações. Nesses espaços, a família é obrigada a morar em sub-habitações por serem de baixa renda. Por sua vez, são de baixa renda por não apresentarem qualificação profissional. No entanto, não apresentam boa qualificação profissional exatamente por ser de baixa renda e, com isso, não têm condições de ter uma moradia adequada para suas famílias. Desse modo, o ciclo vai se fechando. Portanto, torna-se imperioso que algum agente externo, podendo ser uma organização governamental ou não governamental, possa contribuir para que as famílias saiam desse ciclo vicioso. Caso contrário, uma reversão de expectativa futura de melhoria das condições de moradia e qualidade de vida dessas populações é muito pequena.

Outro fator que merece reflexão são os dados apresentados no Quadro 2, onde aparece o número médio de pessoas por residência. Nesse particular, o senso comum apregoa que as famílias de baixa renda possuem um elevado número de filhos, sendo este um dos principais fatores que leva a uma condição de carência econômica e de fixação em vilas, bem como e um forte elemento que impede uma possível ascensão social. Entretanto, estes argumentos postos pelo senso comum sofrem uma grande oposição. Os dados levantados pela prefeitura municipal mostram que a média de pessoas por moradias é de 4,5. Acreditando-se que, também na média, os residentes de cada moradia sejam constituídos por um pai, uma mãe e seus filhos, veremos que a média de filhos por casal na vila Caraveli é de 2,5 filhos por casal. Este percentual é comparável à média nacional de filhos, incluindo as classes sociais mais elevadas.

Quadro 4 - Distribuição da renda familiar e renda *per capita* da população da vila Caraveli

RENDA MÉDIA FAMILIAR	RENDA MÉDIA PER CAPITA
2,5 salários mínimos	0,5 salário mínimo

Fonte: Pref. Mun. De Novo Hamburgo - 2000.

Conforme já destacado anteriormente, o Quadro 4 demonstra a baixa renda dos moradores da vila Caraveli. Os dados

evidenciam que as condições de sub-habitação e de exclusão social em que vivem seus moradores deve-se muito ao fato dessa baixa remuneração que, por sua vez, está atrelada a pouca qualificação da mão-de-obra. Portanto, novamente se afirma a necessidade de uma ação externa que possa ofertar oportunidades de qualificação da mão-de-obra desses trabalhadores a fim de que eles possam construir a sua cidadania com mais dignidade. Dessa forma, têm condições de promover, por suas próprias ações, uma diminuição das suas carências, buscando uma distribuição de renda mais igualitária e justa não só para si, mas para o país. Assim, ao final do processo, a própria sociedade poderá promover mais dignidade social através de seus próprios recursos, não necessitando de políticas e programas paliativos que visam somente atenuar as dificuldades da população carente durante a duração do programa.

3.5 De uma Situação de Dificuldades para uma Dificuldade de Ação

Ao se entrar em contato com os moradores, que ainda residem nas vilas das margens do arroio Pampa, bem como com os que já foram removidos, constata-se uma série de ponderações e questões que, muitas vezes, não são avaliadas e nem levadas em consideração na hora em que se toma a decisão de se transferir

os moradores de áreas irregulares para loteamentos regulamentados. Quase sempre essa decisão é tomada de forma unilateral, sem consultar e ouvir as pessoas que serão transferidas. Ela poderia ser pensada como instrumento que minimizaria muitos impactos e transtornos que envolvem as pessoas nesse tipo de situação, além disso, facilitaria a adaptação e a fixação, de forma mais definitiva, desses moradores para os locais onde serão transferidos.

Os moradores da Caraveli, que é a vila que já foi removida das margens do arroio Pampa, bem como os moradores das vilas que ainda permanecem nas suas margens e que estão em vias de serem removidos, apresentam uma situação em comum, a queixa e a ponderação da pouca ou a inexistência de negociações e a não escolha da hipótese de permanência nas margens do arroio, que se caracteriza por ser a hipótese preferida da maioria dos moradores. Também afirmam que a prefeitura municipal oferece algumas opções quanto à localização, infra-estrutura dos terrenos e grau de auxílio na construção da nova moradia, mas não discutem a possibilidade de permanência no local. Isso desagrade muito os moradores e é um dos principais fatores que gera conflitos e discussões entre eles e a prefeitura municipal, retardando, dessa forma, todo o processo de remoção.

A resistência e a contrariedade de muitos moradores, mesmo os que têm um pequeno histórico de moradia nas margens do Pampa, deve-se à situação do entorno do arroio, que apresenta um elevado grau de urbanização e quase independência com relação ao centro da cidade, que fica a uma distância média de 10 km. De fato, o bairro Canudos é onde se localiza a porção mais a jusante do arroio e, nesse espaço, também a vila Caraveli entre outras vilas. Esse bairro é um dos maiores e o mais populoso de Novo Hamburgo, com uma população atual estimada em 65 mil habitantes, segundo informação obtida junto à Secretaria Municipal de Habitação de Novo Hamburgo. Além de estar bem servida por uma rede de comércio e serviços totalmente voltada aos moradores do bairro, este concentra a maioria das fábricas de calçados e do setor coureiro-calçadista, sendo responsável pela ocupação da mão-de-obra de boa parcela dos moradores da área.

O adensamento demográfico do bairro Canudos deu-se na segunda metade da década de 70, paralelamente à transferência das tradicionais indústrias de calçados. Estas, até então, localizavam-se nas áreas mais centrais da cidade e, apresentavam também altos índices de crescimento demográfico. A possibilidade de expansão das áreas de produção das indústrias, localizadas nas áreas centrais do município, encontrava resistência e pressão contrária na expansão das

moradias, que também, crescia, tanto vertical como horizontalmente, o que elevava muito o custo do terreno.

Este "boom" imobiliário foi impulsionado pelas exportações de calçados, que atraía tanto mão-de-obra para o setor calçadista como para outros ramos de atividades econômicas. Estas surgiam com a dinamização da economia da cidade, como por exemplo, as tradicionais redes de lojas de departamentos do estado e do país. Este conjunto de fatores obrigou a indústria calçadista a transferir a sua produção para pavilhões industriais maiores, para áreas menos povoadas, onde o custo de terreno fosse mais acessível e a mão-de-obra abundante e próxima.

O bairro Canudos, a partir da década de 70, tornou-se um dos pontos preferenciais para a instalação das indústrias do ramo calçadista. Com isso promoveu uma rápida e total ocupação dos loteamentos que surgiam com a mesma velocidade em que as exportações conquistavam os mercados no exterior (Fig 11).



Figura 11 - Vista parcial do bairro Canudos. O mais populoso bairro de Novo Hamburgo cresceu com a instalação de um grande conjunto de indústrias de calçados neste bairro.

Nesse caso, a possibilidade de transferência dos moradores das margens do arroio para alguma área próxima está descartada, em consequência da falta de uma área apropriada capaz de absorver um número tão significativo de pessoas, além do custo do investimento ser muito elevado para este tipo de empreendimento. Portanto, a oferta de uma área de assentamento para estes moradores se localiza muito distante do atual ponto de onde residem, o que fatalmente gera transtornos, dificuldades e custos. Uma vez que as escolas, bancos, empregos e comércio em torno dos quais as famílias estavam

estruturadas permanecem no mesmo lugar, obrigando-as a constantes deslocamentos.

Os deslocamentos e seus custos inerentes deverão perdurar por um bom tempo, pois os loteamentos para onde são transferidos os moradores de áreas irregulares ou de risco, caracterizam-se essencialmente por serem constituídos longe dos centros comerciais e por pessoas de baixa renda. Isso dificulta e retarda a instalação e a constituição de atividades comerciais e de serviços que atendam as necessidades básicas dessas populações em geral.

Todos estes fatores têm se constituído num interessante elemento político de defesa de interesses corporativos, em que o poder público municipal e estadual, através da Metroplan, para citar um exemplo, busca a remoção das vilas irregulares do município para loteamentos populares. De outro lado, os moradores das vilas irregulares, amparados em suas territorialidades, organizam-se em um movimento inverso aos propostos pelo poder público.

Os argumentos e ponderações expostos pela população fundamentam-se basicamente na territorialidade adquirida ao longo do tempo de permanência nas margens do arroio Pampa e da falta de uma maior infra-estrutura comercial e de serviços que

os loteamentos oferecidos apresentam. Todos estes argumentos são cooptados pelos moradores mais antigos que tentam organizar os novos moradores para que eles não cedam às pressões do poder público, por estes terem interesses imobiliários na vila. Por outro lado, os argumentos apresentados pelo poder público variam do social ao ambiental. Todos os seus representantes são bastante contundentes e até intransigentes, quando defendem a retirada dos moradores das vilas irregulares do arroio Pampa.

O secretário municipal da habitação do município de Novo Hamburgo, evidentemente, argumenta a favor da retirada dos moradores das vilas das margens do arroio Pampa. Argumenta que estes moradores passarão de uma situação de irregularidade para uma de regularidade, com terrenos escriturados pela prefeitura e com condições favoráveis de compra.

No aspecto urbanístico, o secretário municipal da habitação pondera ainda que a construção de uma avenida nas margens do arroio Pampa, além de ser uma nova via de trafegabilidade e impedir que outras famílias ocupem o lugar, há uma valorização imobiliária e estética, no sentido urbano.

O comerciante Nilson Knap, que há 20 anos reside em um loteamento legalizado em frente ao arroio Pampa, afirma que

entre os fatores que mais têm dificultado as transferências dos moradores das margens do arroio para os loteamentos oferecidos pela prefeitura municipal, está o fato de eles estarem muito distantes do local onde atualmente residem, trabalham e estudam. Outro fator é a precariedade dos meios de transportes, de comércio e serviços.

Outro agravante, apontado pelo comerciante, é o fato de que a prefeitura municipal está oferecendo somente o terreno para os moradores das vilas do arroio Pampa. A construção da casa e a infra-estrutura do terreno, como muros e terraplanagem, é por conta do morador. Seu Nilson conclui com uma pergunta: "quem aceitaria transferir o seu barraco daqui, que tem toda a sua vida estruturada e tudo o que precisa, para uma área bem distante que não te oferece vantagem alguma?"

O poder público municipal também tem usado argumentos de caráter ambiental para justificar a retirada das famílias das margens do arroio Pampa, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que encaminhou um estudo de revitalização ambiental da área. Na prática, resume-se à retirada dos moradores e a colocação de gabiões, muros de contenção nas margens, para evitar uma maior erosão. Isso tem servido para encurtar o leito do arroio e alargar as suas margens para

viabilizar a construção da avenida que margeará o arroio Pampa.

Segundo informações coletadas junto à própria Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com exceção de um condomínio de classe média existente no município, nenhuma outra área do município de Novo Hamburgo conta com tratamento de esgotos domésticos. Logo, todos os efluentes líquidos das casas, que compõem a bacia do arroio Pampa, devem despejá-los no arroio. Portanto, não é a remoção das vilas irregulares das suas margens que revitalizará as águas do Pampa, como poderiam crer algumas pessoas, mas sim uma ação que envolva todo tipo de atividade, seja ela doméstica, comercial ou industrial, que ocorra dentro da área que compõe a bacia do Pampa. Este tipo de ação, que envolve os outros componentes que contribuem para a poluição das águas do arroio Pampa, é reconhecido pelo diretor da Secretaria do Meio Ambiente do município de Novo Hamburgo como algo bem mais difícil de ser atacado e pouco provável de ser resolvido a médio ou curto prazo.

Nesse contexto político, no sentido literal da palavra, que envolve a remoção das vilas irregulares das margens do arroio Pampa, o poder público municipal conta com um componente favorável, que é a opinião, em geral, favorável à remoção das famílias das margens do arroio. Como atesta o

empreiteiro de obras, ex-morador das margens do arroio Pampa e presidente da Associação dos Moradores da vila Alcântara, localizada nas redondezas do arroio Pampa. Agenor Bueno alega que as pessoas que moram em áreas irregulares devem deixar os espaços públicos que pertencem à prefeitura e, portanto, a todos os moradores das redondezas. Alega, ainda, que não é contra as pessoas que moram nas vilas que se formaram nas margens do Pampa, mas que seria melhor para elas e para o bairro que aceitassem a transferência para os loteamentos oferecidos pela prefeitura de Novo Hamburgo.

No posicionamento de Agenor Bueno, representante de uma das associações dos moradores de uma área que é atravessada pelo arroio Pampa e por toda a sua problemática sócio-ambiental, verifica-se uma lógica que esteve presente em todos os momentos durante a busca de informações que pudessem contribuir na construção do "quebra-cabeças". A existência de um jogo de interesse envolve a remoção dos moradores das vilas das margens do arroio Pampa: "olha, nos não temos nada contra as pessoas que moram naquele lugar. Algo tem que ser feito por aquela gente. Seria muito bom se eles pudessem sair daqui".

Fica muito claro nesses posicionamentos que uma vila irregular muito perto de sua casa, por onde se transita diariamente, incomoda por destoar da paisagem local, ou

daquela que está construída na cabeça das pessoas que moram nas redondezas, onde as vilas irregulares não devem fazer parte. Desse modo, a transferência desses moradores resolve este problema, mas para a sociedade e para os moradores que são transferidos, os seus problemas persistem, só foram transferidos de lugar.

Nesses casos, é muito comum o poder público fazer uma grande propaganda da área que anteriormente era ocupada por uma vila irregular e que, atualmente, esteja revitalizada e os moradores em loteamentos regularizados. Entretanto, o que realmente acontece é que apenas o problema foi transferido de lugar, pois para os antigos moradores das vilas irregulares os seus problemas de ordem social e financeira persistem ou foram agravados pela distância do seu local de trabalho, comércio e da escola dos filhos.

Nesse caso, caberia ao poder público a promoção da justiça social em toda a sua plenitude. Dessa forma, é competência do Estado a execução e fiscalização das prerrogativas do direito constitucional à cidadania. Deve-se considerar que todo cidadão tem o direito, contudo cabe, sobretudo, à sociedade discutir estas ações e fazer valer a promoção do bem-estar da população para que ela seja atingida, de maneira universal, o mais breve possível.

CONCLUSÃO

O espaço urbano brasileiro exige ainda uma grande demanda de estudos e pesquisas a fim de elucidar melhor as suas características e suas tramas. Podendo, dessa forma, levar a ações e reflexões das políticas públicas aplicadas no país, auxiliando os gestores públicos a adotarem políticas que visem a uma maior democratização e humanização do meio urbano.

A pressão que o ambiente vem sofrendo, seja pela demanda social por moradias ou pelos dejetos industriais ou domésticos despejados em cursos d'água, tem, de certa forma, mobilizado parte da sociedade em organizações que buscam soluções ou alternativas que tencionem menos o meio ambiente. Apesar das organizações governamentais serem, talvez, em suas ações, as que menos têm agredido o meio ambiente, são estas, porém, o alvo mais contundente das manifestações das organizações civis.

Isto se deve ao fato de ser o Estado o gestor da sociedade. Portanto, cabe a ele gerir sobre o coletivo. Uma vez que o coletivo ou parte dele é atingido por ações de qualquer ordem (poluição sonora, visual, do ar ou das águas, por exemplo), ferindo o seu bem-estar, estabelece-se um conflito de interesses entre a população atingida e o elemento agressor. Cabe, nesse caso, ao poder público agir em defesa dessa coletividade que ele representa.

Contudo, o mosaico de elementos, que compõe a diversidade do espaço urbano, estabelece uma gama de interesses diversos que, em muitos casos, torna-se difícil atender a uma coletividade, obrigando ao gestor da coisa pública a atender e mediar interesses e conflitos pontuais de grupos. É nesse momento que certos grupos do espaço urbano organizam-se em corporações com o objetivo de exercer uma maior pressão sobre os organismos públicos a fim de obterem maiores vantagens.

Nesse sentido, os grupos que não se articulam em defesa de seus interesses, muitas vezes, não têm as suas necessidades mais emergenciais atendidas, como, por exemplo, água, luz, esgoto e transporte coletivo. Portanto, as ações do poder público são regidas por forças emergentes de dentro das sociedades que, fazendo impor seus interesses, dificultam ou até inviabilizam uma gestão mais democrática e humana para que

a coletividade urbana tenha acesso ao exercício pleno da sua cidadania.

Portanto, quando se pensa em rearticular democraticamente a gestão pública, numa perspectiva de construção coletiva das cidades, ela deve ser compreendida no sentido de que não se restrinja à ação de políticos e representantes do executivo, legislativo e das classes empresariais. No entanto, é necessário incluir a participação de todos os componentes do corpo social. A sua legitimidade, enquanto Estado democrático, apenas ocorre se viabilizar as camadas mais excluídas da população o exercício do direito de cidadania. Sem esta condição, uma gestão democrática fica apenas no campo da retórica.

No caso dos moradores das margens do arroio Pampa, o seu exercício de cidadania foi ferido de forma mais contundente quando da perda da sua territorialidade. Esta é construída com o passar do tempo, através de relações sociais e espaciais, criando uma identidade coletiva com o meio. A aquisição desses atributos é uma aquisição de cidadania. A remoção destes moradores para outros lugares provoca uma desterritorialização e, por conseqüência, uma perda de cidadania adquirida ao longo do tempo vivido nas margens do arroio Pampa, que deverá ser construída neste novo lugar.

Para o morador, a concepção que se constrói de casa, se dá a partir das necessidades que lhe impõem o seu mundo vivido; diferente de outros moradores que estabelecem outros tipos de relações e estratégias, construindo uma outra relação de mundo vivido. Para Souza (2002), por este motivo, não existe, no projeto de vida (no caso, dos moradores das margens do arroio Pampa), uma concepção de que a habitação poderia representar a construção de um futuro enquanto uma "realidade ideal". De maneira inversa, o mundo ideal não se concretizaria na construção de casa pura e simplesmente. Para eles, pouco importa as características arquitetônicas, urbanísticas e ambientais. O futuro como possibilidade de um "mundo ideal" é materializado pela construção possível da vida no cotidiano do mundo vivido.

Esse é o sentido que se deve dar às interpretações sobre o meio ambiente urbano. Sua análise deve diagnosticar a existência, ou não, de situações de "desencaixe tempo-espaciais", isto é, a existência, ou não, de um sentimento de pertencimento, ou seja, de lugar. Para, então, criar subsídios a fim de que se possa propor ações de políticas sócio-ambientais que venham construir e possibilitar situações de (re)encaixe (territorialidade). Portanto, a busca e a criação de identidades comunitárias produzem e reproduzem o lugar.

É nesse contexto que o espaço urbano se expõe para a geografia como um objeto a ser muito mais explorado através de análises e pesquisas que venham apresentar elementos que contribuam para uma gestão mais democrática da espacialidade urbana. Nessa perspectiva, este estudo procurou desvendar as ações, omissões e contradições das políticas públicas adotadas no manejo de áreas de degradação ambiental no espaço urbano. Essas áreas foram se constituindo a partir da industrialização do município de Novo Hamburgo, expondo a comunidade, analisada nesta dissertação, aos efeitos desta degradação.

Longe de ser conclusivo, este trabalho apenas demonstra que da mesma forma que as políticas públicas expõem o espaço natural urbano a uma vulnerabilidade ao crescimento social e econômico das cidades, assim também os gestores públicos expõem parte da população urbana a uma exclusão social. Nessa perspectiva, acaba tornando as políticas públicas vulneráveis aos interesses dos grupos e corporações que exercem pressões junto aos poderes públicos a fim de fazerem valer os seus interesses.

Deve-se, portanto, buscar formas de organização destas e de todas as outras diferentes comunidades que compõem o mosaico social urbano. Comunidades que, de alguma forma, estejam expostas a alguma vulnerabilidade social. Para que

adquiram formas de representatividade junto aos gestores públicos a fim de que possam fazer frente às pressões que sofrem dos grupos corporativos, contrários aos seus interesses. Enfim, há necessidade de democratizar as relações de poder nos espaços urbanos, em busca de uma maior justiça social. Mas isto é para um novo estudo.

OBRAS CONSULTADAS

CARLOS, Ana Fani A. *O Sentido da Cidade: As Possibilidades da Análise Geográfica*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTILLO, Ricardo *Aproximação Sobre o Tema da Análise Geográfica da Urbanização e da Fragmentação na Era das Novas Tecnologias da Informação* In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

COELHO, Maria Cecília Nunes. *Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa*. In: GUERRA; José Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COLLOT, Michel. *Pontos de Vista Sobre a Percepção das Paisagens*. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 1990.

COMITESINOS. **Enquadramento das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos**. São Leopoldo:COMITESINOS, 1996.

COMUR/PMNH. *Manejo e Uso do Solo Urbano*. **Plano Diretor do Município de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, 2000.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUIA ECONÔMICO DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1993.

MAMMARELLA, Rosseta, **Diferenciações Socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre**: Análises Preliminares. Porto Alegre: FEE-RS, 2002.

MENEZES, A.V.C., PINTO, J.E.S.S. (orgs.). **Linhas Geográficas**. Aracajú: NPGeo\UFS, 2001. (Série Dissertação)

MORIN, Edegar **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA-FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde. *A Urbanização Brasileira e a Qualidade Ambiental*, In: SUERTEGARAY, Dirce; BASSO, Luís Alberto; VERDUM, Roberto (orgs.). **Ambiente e Lugar no Urbano**: A Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Meio Século de Transformações e Permanências: A cidade no Brasil (1930 a 1980)*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.

PMNH. *Plano Diretor de Gerenciamento e Controle Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba*. In: **Ação Integrada de Recuperação e Saneamento Ambiental na Micro-Bacia do Arroio Pampa**. Novo Hamburgo, 2000.

REFFATTI, Lucimara Vizzotto. *Representações do Mundo: Iniciando um Trabalho Psicopedagógico em uma Interface com uma Geografia Fenomenológica*, In: REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. **Geografia e Educação: Geração de Ambiências**. Porto Alegre: Ed da Universidade, 2000.

REGO, Nelson. *Apresentando um Pouco do que sejam Ambiências e suas Relações com a Geografia e a Educação*, In: **Geografia e Educação: Geração de Ambiências**. REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. Porto Alegre: Ed da Universidade, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: It's Theory and History**. New York: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, Odette C. de L. **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo**. São Paulo. USP (Tese de Doutorado) São Paulo, 1987.

SEMAM/PMNH. **Projeto de Saneamento Ambiental da Bacia do Arroio Pampa**. Novo Hamburgo, 1999.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil**: Espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1988.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de. *Cidade, Meio Ambiente e Modernidade*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Restauração da Cidade*. In: MELO, Jayro G. (org.). **Região, Cidade e Poder**. Presidente Prudente, GASPERR, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. *Redes de Ação: Uma Possibilidade de Interpretação Intra-Urbana*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.